



FRANÇA: VENCER É POSSÍVEL

[pág 16]

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR

NÚMERO 413 ▶ DE 27 DE OUTUBRO A 09 DE NOVEMBRO DE 2010 ▶ ANO 14

R\$ 2

SEGUNDO TURNO [págs 8 e 9]

NEM SERRA,

NEM DILMA.

VOTO NULO.



■ **NO TWITTER I** – A agressão com uma bolinha de papel contra Serra virou piada. “Serra desmaia ao passar em frente a uma papelaria” foi uma das manchetes criadas.

■ **NO TWITTER II** – Outro usuário postou: “militante que atirou bolinha de papel em Serra é condenado a uma semana sem recreio”.

POLICIAL BOLHA

Josephs, um policial canadense, entrou com um processo contra o YouTube depois que um vídeo o mostrava prendendo uma jovem ativista em um protesto contra a reunião do G20 em Toronto, em julho. O vídeo mostra o policial ameaçando e depois prendendo a ativista

quando essa jogava (pasmem!) inofensivas bolhinhas de sabão contra ele. O vídeo que captou esta cena ridícula de abuso de autoridade se tornou viral no YouTube e inúmeras piadas com a situação apareceram na internet com gozações feitas ao policial.

PÉROLA

Lula pode ter começado sua vida como um socialista, mas agora é um thatcherista



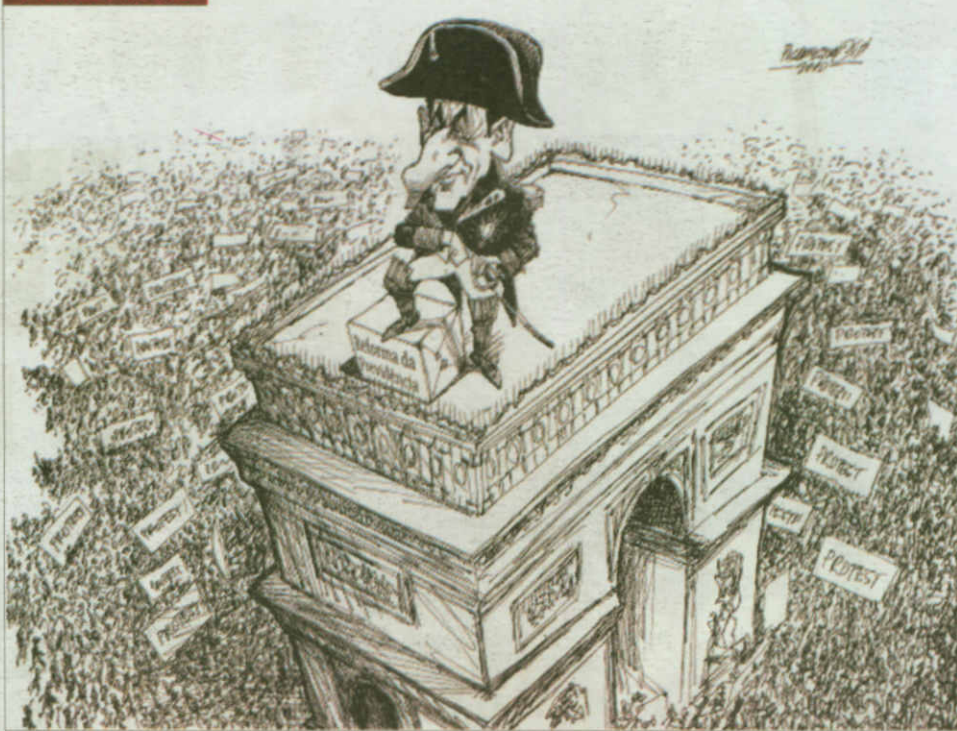
RUPERT MURDOCH, capitalista norte-americano dono do império de mídia News Corporation, comparando o presidente à ex-dama de ferro que impôs o neoliberalismo na Grã-Bretanha (Folha de S.Paulo, 22/10)

O PACOTE INGLÊS

O governo britânico anunciou seu pacote de ataques. A principal medida é o fim de meio milhão de empregos do setor público. Também propõe a elevação da idade de aposentadoria (para 66 anos até 2020) e a redução dos benefícios sociais para reduzir o déficit público. Mas este déficit foi criado pela especulação e atividade desen-

freadas dos bancos que foram “salvos” pelo governo trabalhista com o apoio dos conservadores (Tories). Os trabalhadores já começaram a responder aos ataques. No último dia 20, saíram às ruas em manifestações quando o governo de coalizão inglês (conservadores e liberais democratas) apresentava o projeto ao Parlamento.

PISMESTROVIC



ABUSO

“Sou Ari Pargendler, presidente do STJ, e você está demitido”. Foi assim que o estagiário do Supremo Tribunal de Justiça Marco Paulo dos Santos foi demitido pelo presidente da corte. O motivo foi o fato de Marcos estar atrás do presidente, esperando sua vez numa fila de um caixa eletrônico. Testemunhas contam que Ari avançou sobre

o estagiário, puxou várias vezes o crachá que ele carregava no pescoço e disse: “Você já era! Você já era! Quando voltou ao trabalho, Marcos recebeu a carta de dispensa do setor onde trabalhava. Ari Pargendler



'SOMOS VÍTIMAS, NÃO HERÓIS'

“As pessoas dizem que somos heróis, mas nós não somos heróis, somos vítimas. Nós lutamos pela nossa vida porque temos famílias. Somos vítimas dos empresários que não investem em segurança”. A declaração é de Franklin Lobos, um dos 33 mineiros chilenos resgatados de uma mina após ficarem meses presos a mais de 700m de

profundidade. O mineiro ainda expôs outra realidade cruel deste drama. “A grande maioria pensou que a empresa iria nos deixar lá, pois sairia mais barato nos deixar morrer do que nos resgatar”.



Assine o Opinião Socialista

assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____

CELULAR: _____

EMAIL: _____

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
<input type="checkbox"/> (R\$ 12)	<input type="checkbox"/> (R\$ 20)	<input type="checkbox"/> (R\$ 40)
<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA:	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA:	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA:
R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____

FORMA DE PAGAMENTO

- ☐ DÉBITO EM CONTA. BANCO: ☐ BRADESCO ☐ BANCO DO BRASIL ☐ CAIXA ECONÔMICA OP. _____
AGÊNCIA: _____
CONTA: _____
- ☐ CARTÃO VISA Nº _____ VAL. _____
- ☐ BOLETO
- ☐ CHEQUE *

Recorte e mande para: Rua dos Caciques, 265. Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

Cólera no Haiti expõe precariedade do país ocupado pela ONU

Não bastassem as condições precárias nas quais vivem milhões de haitianos após o terremoto de janeiro passado, agora a população também enfrenta uma epidemia de cólera que já matou 253 pessoas. Além disso, segundo as autoridades médicas, mais de 3 mil estão infectadas.

Inicialmente detectada ao redor do rio Artibonite, no norte do Haiti, a epidemia se espalha rapidamente. Os hospitais da região estão abarrotados de infectados. O temor maior é que a doença chegue à capital Porto Príncipe, onde a precariedade em que vivem 1,3 milhão de desabrigados pode potencializar a propagação da cólera e causar uma verdadeira tragédia no país.

Cinco casos já foram registrados na capital, mas o governo afirma que são “importados” das regiões afetadas. Porém, médicos informaram ao jornal El País que

já foram detectados casos em bairros populares de Porto Príncipe.

MAIS UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

A epidemia de cólera mostra de forma dramática a situação na qual vivem os haitianos após o terremoto. Pouco ou nada foi reconstruído, e grande parte da população ainda vive sob os escombros e nos acampamentos improvisados. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é a primeira vez em um século que o Haiti sofre uma epidemia de cólera. Desde o terremoto havia o temor de que uma epidemia atingisse o país, porém, nada foi feito.

O mandato das tropas da Minustah no país foi renovado pela ONU em 14 de outubro e, segundo o texto aprovado pelas Nações Unidas, a prioridade para os soldados seria “garantir a segurança” das eleições no país em novembro.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal
do Partido Socialista dos
Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 -
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro
Garcia, Concha Menezes,
Dirceu Travesso, João
Ricardo Soares, Joaquim
Magalhães, José Maria de
Almeida, Luiz Carlos Prates
“Mancha”, Nando Poeta,
Paulo Aguiar e Valério
Arcary
EDITOR
Eduardo Almeida Neto
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana
(MTb14555)
REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel,
Jefferson Choma, Marisa Car-
valho, Wilson H. da Silva
DIAGRAMAÇÃO
Victor “Bud”
IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356
ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinatu-
ras@pstu.org.br - www.
pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL
Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 Tel.: (11) 5581-5776
www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
raoeclesse@pstu.org.br

ALAGOAS
MACEIÓ - R. Dr. Rocha Cavalcante, 556 - A
Vergel - (82) 3032 5927
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ
MACAPÁ - Rua São Paulo, 300 - Pacoval
(prox. CIOSP). Tel (96) 3224-3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS
MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA
SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala
301 Centro (71) 3015-0010 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ
FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
BENFICA - Rua Juvenal Galeno, 710,
60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cicero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL
BRÁSILIA - SCS - Quadra 6 - Bloco A -
Ed. Carioca - Sala 215 - Asa Sul
CEP 70.306-000. Fone/Fax: (61) 3226-
1016. pstubrasilia.blogspot.com

ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS
GOIÂNIA - Rua 237 n° 440, Qd- 106, Lt-
28, Casa 01, Setor Leste Universitário
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO
SÃO LUÍS - Avenida Newton Bello, 496,
Sala 10 Monte Castelo. Tel: 8812-6280 e
8888-6327 saoluiz@pstu.org.br

MATO GROSSO
CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - Av. Laudelino
Barcelos, 83 - Vila Jacy. Telefone: (67)
3356.7229 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 -
Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 -
Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco,
20, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA uberaba@pstu.org.br
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-
5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ
BELÉM belem@pstu.org.br
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 -
Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA
JOÃO PESSOA - Avenida Sérgio Guerra,
311 - 1º Andar - Sala 01. Bairro:
Bancários (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ
CURITIBA - Edifício Tijucas - Avenida
Luiz Xavier, 68, sala 608, Centro -
Curitiba - PR, cep - 80020-020
MARINGÁ - Rua José Clemente, 748
Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO
RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel,
45. Bairro São Miguel

PIAUI
TERESINA - Rua Quintino Bocaiuva, 778

RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Avenida Brigadeiro
L. Silva, 2048, sala 404, Centro
d.caxias@pstu.org.br
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Barros Júnior, 546
Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras,
2411 sala 102 - Paraíso (próximo a
FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br

BARRA MANSÁ - Rua Dr Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Rua 2, n° 153 - BNH -
João Bonitoo (24) 2452 4530
VOLTA REDONDA - Edifício Aliança,
R. Neume Felipe, 43, Sala 202, B.
Aterrado

NORTE FLUMINENSE
MACAË - Rua Teixeira de Gouveia, 1766
(fundos) (22) 2772.3151 nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE
NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme,
sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432
(54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105,
Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,
77, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,
Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO
SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE - Rua Rodolfo Bardela,
183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedro-
so de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 -
Santo Amaro

BAURUR - Rua Antonio Alves n°6-62 -
Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3201-5672 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA RÓCHA - Avenida 7 de
setembro, 667 - Vila Martinho
edcosta16@itefonica.com.br

GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Rua Harry Simonsen 134 -
(Travessa Monteiro Lobato) - Centro
guarulhos@pstu.org.br

JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MÓGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de
Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor,
11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387

RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor
Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16)
3625.5435 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos
Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal
Ferrazópolis) - (11)4339-7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br

CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845

SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almei-
da, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br

SERGIPE
ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

As lições da Europa e o voto nulo



A CRISE ECONÔMICA gera fortes lutas na Europa ao mesmo tempo em que acontecem as eleições no Brasil

As eleições estão terminando. As pesquisas confirmam o favoritismo de Dilma Rousseff. É quase simbólico que as eleições no Brasil estejam terminando em um momento de graves conflitos sociais na Europa. Em plena crise econômica, governos de direita como o francês e de “esquerda” como o grego tentam impor ataques duros aos trabalhadores, incluindo o aumento na idade da aposentadoria.

Os ativistas dos movimentos sindical, popular e estudantil deveriam observar esses fatos e tirar conclusões sobre o Brasil. Os governos europeus são expressões da grande burguesia, sejam os da social-democracia, sejam os de partidos da direita.

Os partidos da social-democracia europeia, assim como o PT no Brasil, governam para as multinacionais. Durante a crise, abriram os cofres dos governos para investir uma grande soma de dinheiro público nas grandes empresas. Agora que chegou a hora de pagar a conta, esses governos querem que os trabalhadores mais explorados sejam os responsáveis pela fatura, na prática abrindo mão de

sua aposentadoria.

A grande novidade é que o proletariado europeu – o de maior tradição em toda a história – se colocou em movimento. Ao ser atacado duramente, começa a se rebelar, colocando em xeque os governos que tentam aplicar esses planos.

Quais são as conclusões para o Brasil? Se a crise europeia se estender ao resto do mundo, o Brasil não ficará fora de suas consequências. Ao contrário das pequenas concessões (Bolsa Família, reajuste do salário mínimo), possíveis em épocas de crescimento econômico, virão os ataques aos trabalhadores. Tanto Dilma como José Serra já declararam que vão fazer uma nova reforma da Previdência.

Aqui entra em cena a importância do voto nulo no segundo turno. A ampliação do voto nulo agora enfraqueceria o novo governo, seja Dilma ou Serra. Qualquer um deles teria menos força para atacar os trabalhadores depois das eleições. Por outro lado, a pressão nestas últimas semanas de campanha é pelo voto útil em Dilma por parte da CUT, da UNE e do MST, ao redor do lema “impedir a volta da direita”.

Uma parcela importante da vanguarda das lutas sindicais, populares e estudantis votou nos candidatos dos partidos de oposição de esquerda no primeiro turno. Outro setor mais amplo, desencantado com Dilma e Serra, votou em Marina Silva, refletindo, ainda que de forma distorcida, também uma experiência negativa com partidos como o PT. Como se sabe, a votação de Marina teve um componente de esquerda e outro de direita.

Caso tivéssemos um repúdio a Dilma e Serra por meio de um voto nulo que incluísse o voto da oposição de esquerda e uma parte do voto em Marina, teríamos um fato político de importância neste segundo turno.

A pressão pelo voto “útil” em Dilma caminha no sentido oposto, o de abortar a tentativa de construção de um polo independente. Infelizmente, a posição das direções do PSOL e do PCB pelo “voto contra Serra” (na prática um voto em Dilma) segue esse sentido equivocado.

Neste momento, é muito importante discutir as batalhas em curso na Europa e tirar conclusões sobre o Brasil. ■



Mineração: quando a vida do operário vale pouco

O acidente com os 33 mineiros no Chile mostrou ao mundo as condições de exploração vividas pelos trabalhadores do setor. Mas como vivem esses operários aqui no Brasil? A reportagem do Opinião foi em busca dessa realidade.

JOÃO PEDRO FREITAS, de Congonhas (MG)

Congonhas, 20 de outubro. A mina “Fábrica” da Vale não pode parar. A noite escura anuncia a madrugada. O vento frio carregado de poeira corta a pele, o barro encardido suja as botas. Os trabalhadores vencem o sono, alguns comentam sobre futebol, outros contam piada para desconstrair. A turma da “zero hora” inicia a jornada de trabalho à meia-noite. Como chegará ao final é incerto...

Alguns operários dirigem-se aos gigantescos caminhões “fora-de-estrada”, arriscando suas vidas por caminhos tortuosos e mal conservados - vão carregar toneladas de minério de ferro noite adentro. É preciso estar atento e driblar o cansaço, já que as metas de produção exigem “eficiência máxima”. Mecânicos, eletricitistas e operadores seguem para seus postos, vão desafiar o perigo constante de acidentes: não podem falhar. Como peças de uma complexa engrenagem, arrancam do solo a riqueza tão cobiçada.

As montanhas recheadas de minério são fonte de uma fortuna imensa. Nelas também são inscritas as marcas de mortes, acidentes, mutilações e desastres de incontáveis vidas operárias. Qualquer semelhança com a tragédia dos 33 mineiros no Chile não é

uma mera coincidência. As mineradoras estão com as mãos sujas de sangue no Brasil e em todo o mundo.

O CHILE É AQUI

O mineiro Franklin Lobos, um dos 33 trabalhadores presos na mina no Chile, desabafou: “Dizem que somos heróis, mas não, não somos heróis, somos vítimas. Nós lutamos por nossa vida, nada mais, porque temos famílias. Somos vítimas dos empresários que não investem em segurança”. O operário, que ficou meses confinado a 700 metros de profundidade, acrescentou: “A maioria pensou que ficaríamos lá. Sairia mais barato nos deixar morrer do que nos resgatar”.

O mineiro chileno sintetizou em poucas palavras a essência das empresas mineradoras: a ganância que não conhece limite. O único objetivo é o lucro cada vez maior. A vida dos trabalhadores é um simples instrumento para alcançar esse fim.

Aqui no Brasil, Freitas*, operador da Vale em Mariana (MG), num tom contido e sério, afirma o mesmo: “o que importa para eles (a empresa) é atingir as metas, nada mais”. Seu

colega de trabalho, um mecânico de manutenção na mina “Alegria”, sofreu um grave acidente há cerca de um mês. “Disseram que ele cometeu um erro, mas todos sabem que a máquina não tinha condições de uso, ele saiu queimado pela água fervente”.

AS TRAGÉDIAS SUCEDEM-SE

Em Carajás, no Pará, a maior província mineral do mundo, um operador da Vale dirigia um caminhão de 13 metros de altura (equivalente a um prédio de quatro andares), com capacidade para 240 toneladas. Ao dar ré no caminhão, o operador não percebeu a presença do eletricitista Thiago:

o monstruoso veículo esmagou o corpo do trabalhador. Às 3 horas da manhã, Thiago segurava um cabo elétrico, que transferia energia para uma escavadeira. O operário não tinha lanterna nem rádio de comunicação, a visibilidade era deficiente por falta de iluminação adequada. Não houve tempo para socorro.

Situações como essas não são exceções. Somente em 2008, a Vale registrou mais de 2 mil acidentes em seu quadro de funcionários, sendo 16 mortes. Já em 2009, de acordo com seu relatório de sustentabilidade, ocorreram 11 mortes em suas áreas em todo o país, sendo nove mortes ligadas à produção/manutenção e três trabalhadores de serviços contratados em transporte. É preciso dizer que esses números escondem o real tamanho do massacre. Parte

significativa das mortes e acidentes ocorre em empresas terceirizadas que prestam serviços à Vale, números que não são computados nos relatórios da empresa.

CSN COM AS MÃOS SUJAS DE SANGUE

Vinte e um de outubro, mina “Casa de Pedra” da CSN. A poeira do minério que encobre o céu da cidade é o sintoma da imensidão da mina que se espalha por mais de 60 km de extensão. No seu interior, cerca de 6 mil operários retiram incessantemente da terra milhares de toneladas de minério de ferro. Nesse mundo de riqueza, trabalho e suor, a vida dos mineiros vale pouco, muito pouco.

Paramos para uma conversa com Santos, operador de caminhão da CSN. Com a expressão cansada após mais um dia de trabalho duro, ele nos faz um relato triste e emocionante: perdeu três colegas em um acidente fatal em 2009. “É muito triste o que aconteceu, todos nós ficamos comovidos”. Questionado sobre o que aconteceu, ele não tem dúvidas: “A estrutura onde trabalhavam caiu sobre eles, simplesmente caiu. Aqui na CSN é tudo provisório, equipamentos e estruturas precárias, tudo o que vale é garantir a produção, garantir a expansão... É claro que a empresa é a culpada”.

Porém, o que mais indigna Santos é a postura da CSN. “Até hoje a empresa não admitiu a responsabilidade, foram três pais de família, todos sabem, até as investigações oficiais já disseram isso”, desabafa. A tragédia ocorrida em 2009 não mudou as condições de trabalho e segurança na mina. “Muitos acidentes acontecem todos os dias. Quem é lesionado quase sempre é demitido, não tem jeito”, lembra o operário.

LUCROS RECORDES E EXPLORAÇÃO BRUTAL

Em Congonhas, as casas são sim-

ples e pobres, as ruas sujas pelo barro deixado pelos caminhões nos lembram do drama da cidade operária. Na casa de Silva, trabalhador da Vale, somos recebidos com um café quente e fresco. Conversando sobre a situação das mineradoras no país, um número chama a atenção do operador: “Nove bilhões de reais só no primeiro semestre de 2010, lucro líquido, é muito dinheiro, não é? Acho que nunca ganharam tanto”, diz. Ele tem razão, a lucratividade da Vale cresceu mais de 300% somente este ano, sua produção registrou aumento de 70%, sendo 82 milhões de toneladas somente no terceiro trimestre deste ano.

Mas esse dado é só um aspecto da questão. Quando comparados os lucros com os salários, o contraste é gritante. “A maioria não ganha nem três salários mínimos”, nos informa o trabalhador. Mais uma vez, Santos está correto. Os “custos” trabalhistas representam míseros 5% do orçamento total da Vale (segundo o que consta em seus relatórios financeiros). Porém, o absurdo não para por aí. “Os acionistas vão receber mais de R\$ 2 bilhões, já nossa PLR, acho que não vai aumentar”, conclui o operário.

A insatisfação existente entre os trabalhadores da Vale é ainda mais amarga entre os operários da CSN. Uma declaração, em especial, indignou a todos na última semana. Quem teve o “mérito” foi o presidente da empresa e atual presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch. O bilionário empresário, em discurso recente, deu o seguinte recado: “Cinco por cento de aumento real nos salários é um exagero”. Steinbruch se referia ao reajuste dos metalúrgicos conquistado com greves e paralisações

em todo o país. Seu temor é que esse exemplo seja seguido pelas demais categorias de trabalhadores.

Evidentemente, sua declaração não “pegou bem” entre os operários. Jesus, caldeireiro da CSN, não deixou dúvidas sobre isso: “É brincadeira esse Steinbruch... Aqui na mina muitos ganham dois salários mínimos, só este ano a CSN já lucrou mais de R\$ 3 bilhões, cresceu mais de 100% o seu faturamento”.

PRIVATIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO

Mariana, 22 de outubro. Caminhando pelo bairro Maquiné, pode-se observar ruas largas, casas bem construídas e amplas, hospitais e escolas, em resumo, um bairro planejado e bonito. “Isso é herança da Vale quando era estatal. Tinha casa, hospitais e bairros planejados para os operários. Agora tudo é diferente”, conta Marciano, eletricitista da empresa.

Continuamos a caminhada e chegamos ao bairro Novo Rosário. O cenário é distinto: ruas estreitas e desconexas, casas pequenas. Durante a caminhada, não avistamos nenhum hospital ou escola. Toda a ocupação do bairro é “ilegal” e feita sem planejamento. A

maioria dos moradores é de famílias de trabalhadores da Vale. “Agora é assim, não há nenhum investimento em infraestrutura, saúde e educação. As mineradoras pagam só 2% em impostos, um dos menores do mundo. Não fica nada para os trabalhadores e para a população, a riqueza vai toda embora, assim como os navios carregados de minério”, afirma o trabalhador.

Outro exemplo que ilustra bem o retrocesso na vida dos operários foi o rebaixamento do nível salarial com a

privatização. Zezé é eletricitista da mina Fábrica há quase trinta anos. Quando perguntado sobre o que representou a privatização, responde rapidamente: “Em 1988, meu salário era equivalente a oito mínimos. Atualmente ganho pouco mais de quatro salários, meu rendimento caiu pela metade com a privatização”. Para os novos, a perspectiva é ainda mais sombria: “Difícilmente vão passar de quatro salários, a maioria vai ficar com no máximo três, não vão melhorar de vida”, afirma taxativamente.

A realidade na CSN não é distinta,

mas até pior. Dinei, mecânico da CSN há mais de vinte anos, nos lembra: “A CSN, quando era estatal, em sua primeira expansão, construiu um bairro inteiro, tudo planejado, casa para os operários, escola e hospital. Na atual expansão, é tudo ao contrário. Por exemplo, o bairro do Pires em Congonhas vive um drama: a água é poluída, o barro invade as casas, a poeira adoce as pessoas, é uma tristeza”, afirma. ■

* Os nomes verdadeiros dos operários citados ao longo da reportagem não foram revelados por uma questão de segurança dos mesmos.

Resistência operária e unidade internacional

Num cenário de exploração brutal, acidentes graves, mortes recorrentes e destruição ambiental em larga escala, a resistência operária ganha força. Valério Vieira, presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes, explica: “Alguns anos atrás, a grande maioria dos trabalhadores defendia a Vale. Hoje as coisas mudaram, cada vez mais os trabalhadores estão insatisfeitos com os baixos salários e as condições de trabalho, e o que é mais importante, percebem que a Vale só pensa em seus lucros e metas”.

Os primeiros sintomas de mobilização já se fazem sentir. “Depois de muitos anos, mais de vinte anos depois, fizemos uma paralisação de um dia na CSN, por pouco não saiu a greve. No começo de 2011, há grandes chances de uma greve por tempo indeterminado”, afirma Dinei, da CSN.

Em nível internacional, a mobilização dos mineiros também se fortalece. O principal sinal foi a greve de quase um ano dos trabalhadores da Vale no Canadá, que lutaram heroicamente contra um plano da empresa de rebaixamento

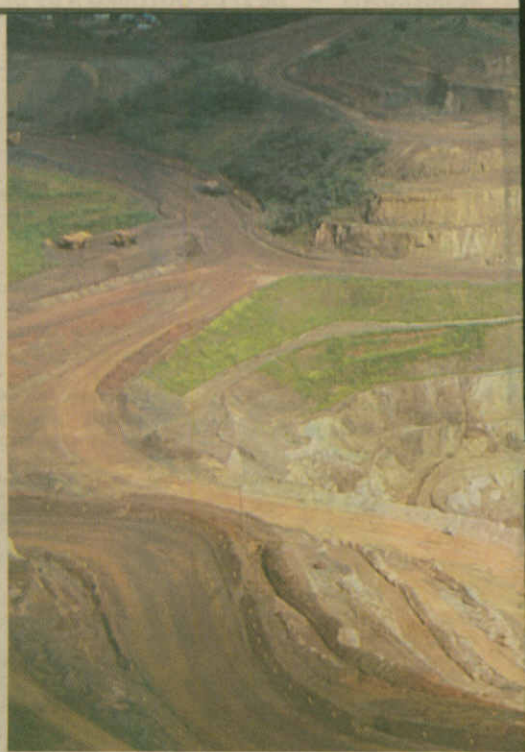
de salários e direitos. Os canadenses alcançaram uma importante vitória, que serve de exemplo aos trabalhadores mineiros em todo o mundo.

Durante a greve da Vale no Canadá, uma importante unidade entre sindicatos combativos da mineração começou a ser organizada. “Hoje temos um contato estreito com sindicatos do Canadá, Chile, Peru e Brasil. Muitas ações e propostas estão sendo construídas”, relata Valério, que no final de outubro viajará à África com representantes do sindicato canadense. O objetivo da viagem é levar a experiência de organização sindical aos trabalhadores africanos da Vale, além avançar na unidade internacional. “Estamos criando as condições para a realização de um encontro internacional dos trabalhadores mineiros”, conclui o sindicalista.

Em sua sede insaciável de lucros, as grandes mineradoras estão levando milhares de vidas operárias em todo o mundo. Os salários, as condições de trabalho e a vida dos mineiros valem pouco. A resposta é ainda inicial, mas consistente como uma rocha de minério: a resistência operária e a unidade internacional.



Mineração: quando a vida do operário vale pouco



significativa das mortes e acidentes ocorre em empresas terceirizadas que prestam serviços à Vale, números que não são computados nos relatórios da empresa.

CSN COM AS MÃOS SUJAS DE SANGUE

Vinte e um de outubro, mina "Casa de Pedra" da CSN. A poeira do minério que encobre o céu da cidade é o sintoma da imensidão da mina que se espalha por mais de 60 km de extensão. No seu interior, cerca de 6 mil operários retiram incessantemente da terra milhares de toneladas de minério de ferro. Nesse mundo de riqueza, trabalho e suor, a vida dos mineiros vale pouco, muito pouco.

Paramos para uma conversa com Santos, operador de caminhão da CSN. Com a expressão cansada após mais um dia de trabalho duro, ele nos faz um relato triste e emocionante: perdeu três colegas em um acidente fatal em 2009. "É muito triste o que aconteceu, todos nós ficamos comovidos". Questionado sobre o que aconteceu, ele não tem dúvidas: "A estrutura onde trabalhavam caiu sobre eles, simplesmente caiu. Aqui na CSN é tudo provisório, equipamentos e estruturas precárias, tudo o que vale é garantir a produção, garantir a expansão... É claro que a empresa é a culpada".

Porém, o que mais indigna Santos é a postura da CSN. "Até hoje a empresa não admitiu a responsabilidade, foram três pais de família, todos sabem, até as investigações oficiais já disseram isso", desabafa. A tragédia ocorrida em 2009 não mudou as condições de trabalho e segurança na mina. "Muitos acidentes acontecem todos os dias. Quem é lesionado quase sempre é demitido, não tem jeito", lembra o operário.

LUCROS RECORDES E EXPLORAÇÃO BRUTAL

Em Congonhas, as casas são sim-

O acidente com os 33 mineiros no Chile mostrou ao mundo as condições de exploração vividas pelos trabalhadores do setor. Mas como vivem esses operários aqui no Brasil? A reportagem do Opinião foi em busca dessa realidade.

JOÃO PEDRO FREITAS, de Congonhas (MG)

Congonhas, 20 de outubro. A mina "Fábrica" da Vale não pode parar. A noite escura anuncia a madrugada. O vento frio carregado de poeira corta a pele, o barro encardido suja as botas. Os trabalhadores vencem o sono, alguns comentam sobre futebol, outros contam piada para descontração. A turma da "zero hora" inicia a jornada de trabalho à meia-noite. Como chegará ao final é incerto...

Alguns operários dirigem-se aos gigantescos caminhões "fora-de-estrada", arriscando suas vidas por caminhos tortuosos e mal conservados - vão carregar toneladas de minério de ferro noite adentro. É preciso estar atento e driblar o cansaço, já que as metas de produção exigem "eficiência máxima". Mecânicos, eletricitistas e operadores seguem para seus postos, vão desafiar o perigo constante de acidentes: não podem falhar. Como peças de uma complexa engrenagem, arrancam do solo a riqueza tão cobiçada.

As montanhas recheadas de minério são fonte de uma fortuna imensa. Nelas também são inscritas as marcas de mortes, acidentes, mutilações e desastres de incontáveis vidas operárias. Qualquer semelhança com a tragédia dos 33 mineiros no Chile não é

uma mera coincidência. As mineradoras estão com as mãos sujas de sangue no Brasil e em todo o mundo.

O CHILE É AQUI

O mineiro Franklin Lobos, um dos 33 trabalhadores presos na mina no Chile, desabafou: "Dizem que somos heróis, mas não, não somos heróis, somos vítimas. Nós lutamos por nossa vida, nada mais, porque temos famílias. Somos vítimas dos empresários que não investem em segurança". O operário, que ficou meses confinado a 700 metros de profundidade, acrescentou: "A maioria pensou que ficaríamos lá. Sairia mais barato nos deixar morrer do que nos resgatar".

O mineiro chileno sintetizou em poucas palavras a essência das empresas mineradoras: a ganância que não conhece limite. O único objetivo é o lucro cada vez maior. A vida dos trabalhadores é um simples instrumento para alcançar esse fim.

Aqui no Brasil, Freitas*, operador da Vale em Mariana (MG), num tom contido e sério, afirma o mesmo: "o que importa para eles (a empresa) é atingir as metas, nada mais". Seu

colega de trabalho, um mecânico de manutenção na mina "Alegria", sofreu um grave acidente há cerca de um mês. "Disseram que ele cometeu um erro, mas todos sabem que a máquina não tinha condições de uso, ele saiu queimado pela água fervente".

AS TRAGÉDIAS SUCEDEM-SE

Em Carajás, no Pará, a maior província mineral do mundo, um operador da Vale dirigia um caminhão de 13 metros de altura (equivalente a um prédio de quatro andares), com capacidade para 240 toneladas. Ao dar ré no caminhão, o operador não percebeu a presença do eletricitista Thiago:

"5% de aumento real nos salários é um exagero", disse Benjamin Steinbruch, presidente da CSN e atual presidente da Fiesp

o monstruoso veículo esmagou o corpo do trabalhador. Às 3 horas da manhã, Thiago segurava um cabo elétrico, que transferia energia para uma escavadeira. O operário não tinha lanterna nem rádio de comunicação, a visibilidade era deficiente por falta de iluminação adequada. Não houve tempo para socorro.

Situações como essas não são exceções. Somente em 2008, a Vale registrou mais de 2 mil acidentes em seu quadro de funcionários, sendo 16 mortes. Já em 2009, de acordo com seu relatório de sustentabilidade, ocorreram 11 mortes em suas áreas em todo o país, sendo nove mortes ligadas à produção/manutenção e três trabalhadores de serviços contratados em transporte. É preciso dizer que esses números escondem o real tamanho do massacre. Parte



ples e pobres, as ruas sujas pelo barro deixado pelos caminhões nos lembram do drama da cidade operária. Na casa de Silva, trabalhador da Vale, somos recebidos com um café quente e fresco. Conversando sobre a situação das mineradoras no país, um número chama a atenção do operador: “Nove bilhões de reais só no primeiro semestre de 2010, lucro líquido, é muito dinheiro, não é? Acho que nunca ganharam tanto”, diz. Ele tem razão, a lucratividade da Vale cresceu mais de 300% somente este ano, sua produção registrou aumento de 70%, sendo 82 milhões de toneladas somente no terceiro trimestre deste ano.

Mas esse dado é só um aspecto da questão. Quando comparados os lucros com os salários, o contraste é gritante. “A maioria não ganha nem três salários mínimos”, nos informa o trabalhador. Mais uma vez, Santos está correto. Os “custos” trabalhistas representam míseros 5% do orçamento total da Vale (segundo o que consta em seus relatórios financeiros). Porém, o absurdo não para por aí. “Os acionistas vão receber mais de R\$ 2 bilhões, já nossa PLR, acho que não vai aumentar”, conclui o operário.

A insatisfação existente entre os trabalhadores da Vale é ainda mais amarga entre os operários da CSN. Uma declaração, em especial, indignou a todos na última semana. Quem teve o “mérito” foi o presidente da empresa e atual presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch. O bilionário empresário, em discurso recente, deu o seguinte recado: “Cinco por cento de aumento real nos salários é um exagero”. Steinbruch se referia ao reajuste dos metalúrgicos conquistado com greves e paralisações

em todo o país. Seu temor é que esse exemplo seja seguido pelas demais categorias de trabalhadores.

Evidentemente, sua declaração não “pegou bem” entre os operários. Jesus, caldeireiro da CSN, não deixou dúvidas sobre isso: “É brincadeira esse Steinbruch... Aqui na mina muitos ganham dois salários mínimos, só este ano a CSN já lucrou mais de R\$ 3 bilhões, cresceu mais de 100% o seu faturamento”.

PRIVATIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO

Mariana, 22 de outubro. Caminhando pelo bairro Maquiné, pode-se observar ruas largas, casas bem construídas e amplas, hospitais e escolas, em resumo, um bairro planejado e bonito. “Isso é herança da Vale quando era estatal. Tinha casa, hospitais e bairros planejados para os operários. Agora tudo é diferente”, conta Marciano, eletricitista da empresa.

Continuamos a caminhada e chegamos ao bairro Novo Rosário. O cenário é distinto: ruas estreitas e desconexas, casas pequenas. Durante a caminhada, não avistamos nenhum hospital ou escola. Toda a ocupação do bairro é “ilegal” e feita sem planejamento. A maioria dos moradores é de famílias de trabalhadores da Vale. “Agora é assim, não há nenhum investimento em infraestrutura, saúde e educação. As mineradoras pagam só 2% em impostos, um dos menores do mundo. Não fica nada para os trabalhadores e para a população, a riqueza vai toda embora, assim como os navios carregados de minério”, afirma o trabalhador.

Outro exemplo que ilustra bem o retrocesso na vida dos operários foi o rebaixamento do nível salarial com a

privatização. Zezé é eletricitista da mina Fábrica há quase trinta anos. Quando perguntado sobre o que representou a privatização, responde rapidamente: “Em 1988, meu salário era equivalente a oito mínimos. Atualmente ganho pouco mais de quatro salários, meu rendimento caiu pela metade com a privatização”. Para os novos, a perspectiva é ainda mais sombria: “Difícilmente vão passar de quatro salários, a maioria vai ficar com no máximo três, não vão melhorar de vida”, afirma taxativamente.

A realidade na CSN não é distinta,

mas até pior. Dinei, mecânico da CSN há mais de vinte anos, nos lembra: “A CSN, quando era estatal, em sua primeira expansão, construiu um bairro inteiro, tudo planejado, casa para os operários, escola e hospital. Na atual expansão, é tudo ao contrário. Por exemplo, o bairro do Pires em Congonhas vive um drama: a água é poluída, o barro invade as casas, a poeira adoce as pessoas, é uma tristeza”, afirma. ■

* Os nomes verdadeiros dos operários citados ao longo da reportagem não foram revelados por uma questão de segurança dos mesmos.

Resistência operária e unidade internacional

Num cenário de exploração brutal, acidentes graves, mortes recorrentes e destruição ambiental em larga escala, a resistência operária ganha força. Valério Vieira, presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes, explica: “Alguns anos atrás, a grande maioria dos trabalhadores defendia a Vale. Hoje as coisas mudaram, cada vez mais os trabalhadores estão insatisfeitos com os baixos salários e as condições de trabalho, e o que é mais importante, percebem que a Vale só pensa em seus lucros e metas”.

Os primeiros sintomas de mobilização já se fazem sentir. “Depois de muitos anos, mais de vinte anos depois, fizemos uma paralisação de um dia na CSN, por pouco não saiu a greve. No começo de 2011, há grandes chances de uma greve por tempo indeterminado”, afirma Dinei, da CSN.

Em nível internacional, a mobilização dos mineiros também se fortalece. O principal sinal foi a greve de quase um ano dos trabalhadores da Vale no Canadá, que lutaram heroicamente contra um plano da empresa de rebaixamento

de salários e direitos. Os canadenses alcançaram uma importante vitória, que serve de exemplo aos trabalhadores mineiros em todo o mundo.

Durante a greve da Vale no Canadá, uma importante unidade entre sindicatos combativos da mineração começou a ser organizada. “Hoje temos um contato estreito com sindicatos do Canadá, Chile, Peru e Brasil. Muitas ações e propostas estão sendo construídas”, relata Valério, que no final de outubro viajará à África com representantes do sindicato canadense. O objetivo da viagem é levar a experiência de organização sindical aos trabalhadores africanos da Vale, além avançar na unidade internacional. “Estamos criando as condições para a realização de um encontro internacional dos trabalhadores mineiros”, conclui o sindicalista.

Em sua sede insaciável de lucros, as grandes mineradoras estão levando milhares de vidas operárias em todo o mundo. Os salários, as condições de trabalho e a vida dos mineiros valem pouco. A resposta é ainda inicial, mas consistente como uma rocha de minério: a resistência operária e a unidade internacional.

Somente em 2008, a Vale registrou mais de 2 mil acidentes em seu quadro de funcionários, sendo 16 mortes. Já em 2009, ocorreram 11 mortes em todo o país

Guerra cambial expõe mais um capítulo da crise econômica

Protecționismo disfarçado está por trás da disputa cambial entre os países

DIEGO CRUZ, da redação

No dia 18 de outubro, o ministro da Fazenda Guido Mantega anunciou a elevação da taxa sobre o capital estrangeiro de curto prazo, o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), de 2% para 4%. Segundo o próprio representante da equipe econômica do governo, foi uma tentativa de conter a excessiva desvalorização do dólar frente ao real.

O mais correto talvez fosse afirmar que esta é mais uma tentativa do governo de conter a valorização da moeda nacional. Após um ano da instituição do imposto sobre o capital volátil, o dólar não parou de cair. E por que não? É opinião quase unânime que essa taxa dos investimentos especulativos tem efeito quase nulo sobre o câmbio.

Isso acontece porque o Brasil virou rota preferencial dos especuladores internacionais, atraídos por uma das maiores taxas de juros do mundo. O especulador toma dinheiro emprestado lá fora e investe aqui, com uma rentabilidade de 100% ao ano sem ao menos se mexer. Depois da África do Sul e da Austrália, o Brasil é o país preferido pelos especuladores.

Com a avalanche de dólares chegando até aqui, o preço da moeda norte-americana se desvaloriza e o real sobe, numa espécie de gangorra monetária. Nesse movimento, o real atingiu uma das maiores cotações desde sua implementação no governo FHC, em 1994.

O problema é que, se por um lado o real forte faz a alegria da classe média alta, que tem mais acesso aos importados e a viagens internacionais, por outro ele arreventa setores da indústria nacional, assim como o setor agroexportador. Com a moeda valorizada, os produtos exportados perdem competitividade frente aos de outros países.

Isso gera dois grandes entraves ao governo. Primeiro, prejudica o setor agroexportador, que sempre foi beneficiado durante os oito anos de governo Lula. E, segundo, aumenta o rombo nas contas externas.

O real forte favorece as importações, prejudica as exportações e afeta a balança comercial (diferença entre o que o país "compra" e o que "vende"), o que já vem preocupando o governo. Segundo a LCA Consultores, o



Brasil pode ter, já em 2011, seu primeiro resultado negativo, ou déficit, em 11 anos.

A taxa do capital estrangeiro pretende, assim, resguardar os interesses dos exportadores, ao mesmo tempo que mantém os altos juros e os gordos lucros desse mesmo capital que é taxado.

O DÓLAR BAIXO

O problema do câmbio, porém, está longe de ser uma questão restrita ao Brasil. O país, ao contrário, se vê no meio do fogo cruzado de uma guerra cambial internacional. Não foi por menos que esse tema monopolizou as discussões da última reunião do G20, em Seul. Mais do que um simples tema pontual, essa guerra reflete as encruzilhadas provocadas pela crise econômica mundial desatada em 2007 e que até agora estão sem solução.

Após o estouro da crise, a solução encontrada por todos os países, principalmente os imperialistas, foi despejar bilhões nos mercados financeiros em forma de pacotes de ajuda. Nesse aspecto, os EUA têm uma vantagem sobre os demais. Expressando sua hegemonia imperialista, o país tem total controle da moeda internacional, o dólar. Os EUA, então, expandiram o crédito ao sistema financeiro, ou seja, "imprimiram dólares" à vontade. O

país usou seu poder de "fazer dinheiro" para salvar os banqueiros e investidores. Com uma maior quantidade de dólares circulando, a moeda americana vai perdendo seu valor frente às outras, que se valorizam.

Os juros baixos bancados pelo banco central norte-americano, como forma de reativar a economia, combinados com essa montanha de dólares gerados no último período, explicam o volume de investimentos externos, inclusive aqui. Outro problema é que o déficit financeiro norte-americano, já há algum tempo insustentável, vem ganhando proporções gigantescas. Essa é a chave para entender a atual crise cambial.

OS PAÍSES SE ARMAM

Após o estouro da crise de 1929, os países trataram de se defender. Apela-ram às barreiras comerciais e implementaram uma política protecionista que precipitou a depressão nos anos 30.

Durante os dois anos que se seguiram ao auge da atual crise, em 2007, sucessivas reuniões do G7 e do inflado G20 tentaram, sem maiores sucessos, estabelecer soluções articuladas para resgatar a economia mundial. Nas crises, ressurgiu a contradição entre a "globalização" da economia e os limites dos Estados nacionais.

A ação dos pacotes bilionários para o sistema financeiro impediu por enquanto o agravamento da crise, à custa de uma enorme crise fiscal que está explodindo na Europa. Essa guerra não-declarada do câmbio que surgiu agora pode estar fazendo ressurgir, de forma disfarçada, o fantasma do protecionismo.

Após a desvalorização do dólar, Japão e Alemanha tentaram manter sua competitividade seguindo o mesmo caminho e desvalorizando suas moedas. A China já mantinha o yuan desvalorizado, situação que inclusive possibilitou a explosão do consumo norte-americano nos anos anteriores à crise. Acontece que, diante da nova situação, os EUA se esquecem do passado e pressionam o governo chinês a valorizar o yuan. Querem reverter o desequilíbrio: enquanto têm déficit, países como China e Alemanha acumulam enormes superávits.

No atual estágio da crise mundial, portanto, as tarifas alfandegárias estão sendo substituídas pela guerra do câmbio. Cada país tenta se tornar mais competitivo que o outro reduzindo o valor de sua moeda e, consequentemente, de seus produtos.

A disputa pelo valor das moedas entre os países, assim, mostra que a crise não terminou e que o fantasma da quebra de 1929 não desapareceu. ■

CSP-Conlutas aprova posição sobre segundo turno

Entidade também faz um chamado à unidade de ação

ANDRÉ FREIRE, da Direção Nacional do PSTU

Nos dias 15, 16 e 17 de outubro aconteceu a reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular, realizada em Sarzedo (MG).

Participaram da reunião da Coordenação Nacional, representantes de 46 Entidades Sindicais, 17 oposições sindicais e minorias de diretoria de Entidades Sindicais, três movimentos populares urbanos, três movimentos de luta contra as opressões e três entidades estudantis. No total, foram credenciados 187 ativistas, sendo 124 representantes, com direito a voto, e 63 observadores.

No primeiro dia da reunião foi realizada uma mesa de discussão sobre a Situação Internacional, com a presença do professor da Unicamp Álvaro Bianchi e de Dirceu Travesso, dirigente da CSP-Conlutas, que esteve no mês passado participando das atividades das greves gerais na França e Espanha.

No mesmo dia, à tarde, foi realizada uma discussão sobre a situação nacional e as tarefas da central no próximo período. Em ambas as discussões foi apontada a necessidade de que a central realize atividades de solidariedade às lutas dos trabalhadores europeus e inicie a preparação de suas entidades e movimentos filiados e de sua base social para o processo de ataques aos direitos dos trabalhadores e do conjunto dos explorados e oprimidos seja que for o novo presidente.

A CSP-Conlutas aprovou uma resolução política sobre a conjuntura e as atividades, que tem como principal objetivo um amplo chamado à unidade de ação com todos os setores e entidades que estejam dispostos a reagir aos ataques que virão após as eleições. Especialmente a já anunciada reforma da Previdência, que novamente vai querer aumentar o tempo de trabalho para se aposentar.

O objetivo da central é organizar ainda para novembro deste ano uma reunião que dê os primeiros passos conjuntos entre todos estes setores para a construção de um plano de ação para o ano de 2011. Neste ponto, também foi discutida a necessidade do posicionamento da CSP-Conlutas sobre o segundo turno das eleições presidenciais.

Consta também com destaque no calendário de ação da central o dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra; o dia 22 de novembro - 100 anos da Revolta da Chibata; e o dia 25 de novembro - Dia de Luta Contra a Violência à Mulher.

No sábado foram realizados dois pontos muito importantes para a Central. O primeiro, sobre a organização da CSP-Conlutas e, o segundo, sobre o processo de reorganização depois da ruptura do Conclat.

No primeiro ponto, ficou definido que até o final do ano será considerada tarefa prioritária da central a sua organização e fortalecimento, com a realização das plenárias e Coordenações nos Estados e regiões para a eleição das Secretarias Executivas Estaduais. Outra tarefa importante de or-

ganização será a retomada com mais ênfase do processo de legalização da entidade junto ao Ministério do Trabalho.

No ponto sobre a reorganização, a Secretaria Executiva Nacional apresentou uma resolução comum que apontava para que as ações da central fossem prioritariamente em três sentidos: o primeiro, com o objetivo de fortalecer e organizar a CSP-Conlutas; o segundo, a nossa Central deve buscar construir um amplo movimento de unidade de ação com todas as entidades e movimentos que queiram resistir aos ataques que virão; e o terceiro, mas não menos importante, que a Secretaria Executiva Nacional siga realizando esforços com o objetivo de construir a possibilidade de uma reunificação orgânica com os setores que infelizmente romperam o Conclat, mas que também apontam a necessidade de retomarmos a discussão sobre a unificação.

Outro ponto alto da reunião foi à realização das reuniões setoriais, como o de educação básica, funcionalismo público federal, mulheres, negros, entre outras.

O domingo, último dia da reunião, foi dedicado à votação das resoluções. As principais resoluções foram aprovadas por ampla maioria dos votos. Como a resolução sobre o segundo turno, onde a central chama os trabalhadores à não apoiarem nem Dilma e nem Serra, a resolução sobre conjuntura e atividades, as duas aprovadas apenas com uma abstenção. E, a resolução sobre reorganização, que foi aprovada por unanimidade. ■

Bancários

Greve nos bancos arranca conquistas

JULIANA OLIVEIRA, de São Paulo

Após uma greve de 15 de dias, os bancários arrancaram dos banqueiros uma proposta que, embora aquém das possibilidades dos bancos e das necessidades da categoria, superou os 11% de reajuste que reivindicava a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (CONTRAF/CUT).

A Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) ofereceu, para salários até R\$ 5.250 reajuste de 7,5%. Para salários acima desse valor, R\$ 393 fixos ou 4,29%, o que for maior. O piso foi reajustado em 16,33%. Nos bancos públicos, os 7,5% foram estendidos a todos e o piso, reajustado em 13% (Banco do Brasil) e 12% (Caixa Econômica Federal).

As concessões foram possíveis pela força da greve, a maior dos últimos anos, além da conjuntura favorável, com o segundo turno das eleições presidenciais, que colocou para o governo a urgência em pôr fim ao movimento.

Mas, para os bancários que fizeram a greve, era possível conquistar mais. Nas principais bases do país - São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as assembleias que aprovaram os acordos da CEF e BB foram disputadas voto a voto, apesar do poderoso operativo de desmonte da greve montado pela direção dos bancos e a CONTRAF/CUT. Os gerentes e a burocracia conseguiram, por muito pouco, aprovar o fim da greve, contra a vontade dos grevistas.

O desfecho prematuro da greve reforça para os bancários a conclusão de que a CONTRAF/CUT, em nome da preservação do governo, deixou de defender a categoria e, por isso, uma nova direção para o movimento é cada vez mais necessária.

Em 2011, haverá eleição do Sindicato de São Paulo. O Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB/CSP-Conlutas) apresentará uma chapa de oposição e chama a integrá-la todos que queiram construir uma direção independente dos governos e banqueiros. "Os companheiros da Intersindical, que hoje compõem, como minoria, a diretoria do Sindicato, defenderam conosco, contra a direção majoritária, a continuidade da greve nos bancos públicos. Queremos aprofundar esta unidade contra a burocracia, com uma chapa comum para as eleições no próximo ano", diz Ângelo Argondizzi, da Oposição Bancária.

Chepecó - Sintracarne

Diretoria toma posse de sindicato em Chapecó

DA REDAÇÃO

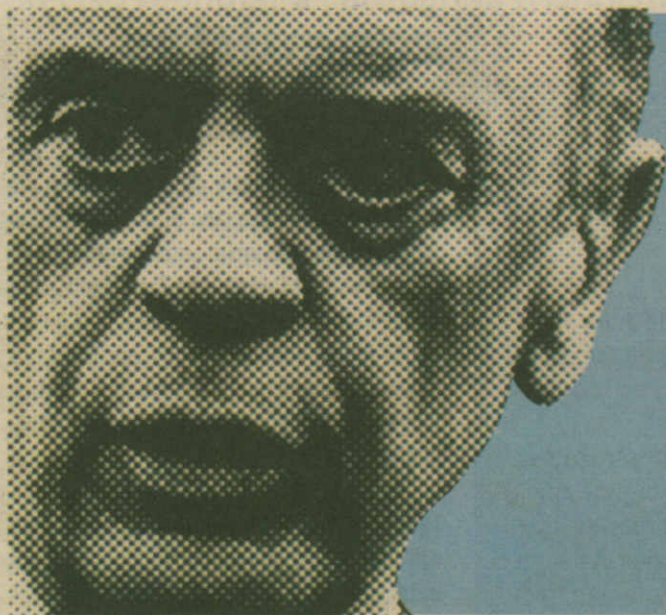
No último dia 24, consolidou-se uma grande vitória dos trabalhadores da indústria de carnes e derivados de Chapecó (SC). Tomou posse a nova diretoria do Sintracarne. Com o apoio da CSP-Conlutas e outras organizações, um grupo de trabalhadores de base

derrotou a velha direção da entidade, ligada à Força Sindical e controlada pelos patrões, em especial a Sadia.

Entre os trabalhadores e ativistas, cerca de 250 pessoas tomaram a rua em frente à entidade, enquanto oficiais de Justiça acompanhados pela Polícia Federal obrigaram que os pelegos entregassem a entidade.

"É uma vitória da esquerda do movimento sindical brasileiro, esses novos companheiros têm em suas mãos o desafio de lutar contra a exploração e o assédio impostos pelos patrões e, junto com outras entidades, enfrentar os ataques que virão no ano que vem, definiu Atnágoras Lopes, presente no ato de posse.

Nem Serra,



“O PT que é privatizante, diminuiu a participação do Estado no Banco do Brasil, vendeu bancos

(Debate Folha/ rede TV 17/10)

A Dilma, como presidente da Conselho da Petrobras fez leilões para que a iniciativa privada explorasse petróleo. Quando eles fazem isso não é privatização

(O Estado de S.Paulo 15/10)

EDUARDO ALMEIDA, da redação



Os ativistas que estão à frente das lutas sindicais, estudantis e populares têm neste momento que se posicionar perante o segundo turno das eleições. Existe uma enorme pressão para apoiar Dilma Rousseff e “evitar a volta da direita”. A direção do PSOL e a maioria de seus parlamentares eleitos já aderiram a essa posição, ao se definirem pelo voto “contra Serra” – na prática, voto em Dilma. O PCB assumiu a mesma postura.

Uma posição distinta foi o voto nulo assumido pelo PSTU, por parte do PSOL (Heloísa Helena, Janira Rocha, Plínio de Arruda Sampaio, entre outros) e pelo PCO.

Evidentemente, defender o voto em Dilma é ficar do lado da atual maioria. É incômodo defender posições minoritárias. No entanto, isso também tem seu preço. Essa não é apenas uma questão “tática”, como veremos. Não está em discussão apenas o apoio ou não a uma candidata da esquerda reformista.

Estamos diante daqueles momentos que serão lembrados por muito tempo, em que a esquerda está sendo testada.

QUAL É A DIFERENÇA REAL ENTRE DILMA E SERRA?

Uma análise marxista começa por definir a questão eleitoral a partir das classes sociais.

Os representantes do PT e PCdoB nos dizem que Dilma é a candidata dos trabalhadores. José Serra seria o candidato da grande burguesia, da “direita”. Isso é verdade?

Como Dilma é a candidata de Lula,

a pergunta se estende ao caráter do governo petista. Podemos entender o governo atual como um “governo dos trabalhadores”?

Seria muito difícil sustentar essa opinião com alguma seriedade. Durante oito anos, o governo Lula demonstrou para as grandes empresas multinacionais e nacionais como pode ser melhor que o PSDB para elas.

LUCROS SEM SUSTOS

Qual é o critério da grande burguesia para avaliar um governo? Grandes lucros? Pois bem, no governo Lula as grandes empresas lucraram muito mais do que no governo de Fernando Henrique Cardoso. Conseguiram elevar seus lucros em 349,8% só no primeiro mandato do petista. Os bancos obtiveram mais: multiplicaram seus lucros cinco vezes entre os dois mandatos de FHC e os dois de Lula.

Por outro lado, todos sabem como as grandes empresas gostam de estabilidade política para garantir seus investimentos sem sustos. Pois bem, Lula manteve o controle político do país ao frear as lutas sociais por meio da CUT, da UNE e da direção do MST. O que o governo do PSDB não conseguiria.

REFORMA AGRÁRIA

E em relação ao campo? Existe uma verdadeira diferença em relação à reforma agrária? Por que o MST – que apoia Dilma – diz que a reforma agrária parou nos últimos oito anos? Por que o número de assentados foi ainda menor com Lula do que com FHC?

Lula e Dilma têm um plano central para o campo: a expansão do agronegócio, exatamente como pensava o PSDB. Por isso, o PT conseguiu abrir o país para os alimentos e sementes transgênicos. E está destruindo, com a ajuda do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-

SP), o Código Florestal, que colocava alguns tímidos limites ambientais, contestados pelo agronegócio.

POLÍTICA EXTERNA

Mas não se pode negar uma diferença fundamental, diria o já irritado ativista petista: a política externa independente do governo. No entanto, ao contrário da lenda, Lula conseguiu ser um “amigo” do governo dos EUA, tanto com o desprestigiado George W. Bush como com Barack Obama. Serve como interlocutor do governo ianque em todas as crises latino-americanas. Conseguiu ocupar militarmente o Haiti com tropas brasileiras a serviço do governo dos EUA. Até hoje, tem feito o povo brasileiro acreditar que se trata de uma ação humanitária. Tal enganação seria quase impossível num governo do PSDB.

Dilma é a candidata de um governo que serviu fielmente às grandes empresas, mantendo o mesmo plano neoliberal de FHC. Contou com o crescimento econômico para fazer algumas pequenas concessões populares, como o reajuste no salário mínimo e o Bolsa Família, o que ajudou a firmar a base social de colaboração de classes. Por isso, tem o apoio de governos imperialistas, grandes bancos e multinacionais, assim como da maioria dos trabalhadores e dos setores mais explorados.

Dilma não é a candidata do conjunto da burguesia. Existe um setor importante que, mesmo reconhecendo os serviços prestados pelo PT, quer retomar o controle direto do aparato de Estado. Isso fica muito claro na postura da burguesia que controla os meios de comunicação, em particular os jornais paulistas e as emissoras de TV.

Portanto, de acordo com o critério marxista, existem duas candidaturas que expressam setores da grande burguesia no segundo turno. Essa é a dura

voto nulo.



realidade, se queremos ver além da aparência da falsa polarização entre “esquerda e direita”.

E O PROGRAMA?

Mas poderia haver uma diferença fundamental de programa entre os dois blocos eleitorais. Existe mesmo?

Não existe nenhum questionamento por parte de Serra ou Dilma quanto ao plano econômico. Ao contrário, tanto um como outro defendem a continuidade dos pilares fundamentais da economia neoliberal de hoje. A grande diferença entre os candidatos é o balanço desse período: o PT compara os números de crescimento com Lula na Presidência, atacando o governo FHC, que acabou seu segundo mandato em plena crise econômica. Isso realmente ocor-

...nem Dilma.

“O principal assessor do candidato Serra para a área de minas e energias disse que vai privatizar a Petrobras e o pré-sal. Eles só pensam em vender o patrimônio público

(G1/ 15/10)



reu, mas teve pouco a ver com o PT ou o PSDB. A explicação está nas fases do ciclo capitalista. Nos últimos anos, ocorreu o mesmo crescimento na Colômbia, gerando grande prestígio também para o governo Uribe, maior representante da direita na América Latina.

Mas, dizem os petistas, a grande diferença tem a ver com as privatizações. É verdade que FHC (com Serra como ministro) privatizou grande parte das estatais. Mas por que Lula não reestabeleceu essas empresas? Em dois mandatos, ele teve tempo suficiente para isso. Por que o presidente tem excelentes relações com os grandes burgueses que controlam a Vale e a Embraer? E por que segue privatizando, como é o caso da Petrobras, que já tem a maioria de suas ações em mãos de fundos estrangeiros?

O tema das privatizações é uma boa jogada de marketing eleitoral do PT. Já teve uma enorme importância nas eleições de 2006, sendo o grande assunto da vitória de Lula no segundo turno contra Geraldo Alckmin. Mas, por fora das manobras eleitorais, existe um grande acordo entre PSDB e PT de manter as privatizações e seguir aprofundando-as.

Os petistas poderiam argumentar ainda que, pelo menos na luta contra a opressão, o governo petista tem sido diferente dos mandatos de FHC. Não houve, no entanto, nenhum avanço significativo com Lula. A polêmica em relação ao aborto nesta campanha resolve a discussão. Em uma atitude indigna com a luta das mulheres, Dilma se igualou a Serra no repúdio ao aborto, em meio à lamentável disputa pelos votos religiosos.

REPRESSÃO E COOPTAÇÃO

Existe outra diferença, segundo os petistas. Se eleito, Serra reprimiria o movimento social, ao contrário do PT. É verdade que os governos do PSDB re-

primem os movimentos. Mas os do PT também. Tanto nos governos estaduais e municipais como no governo Lula, o funcionalismo público teve greves reprimidas, cortes de ponto etc. As mortes das lideranças dos sem-terra seguem impunes.

E os governos do PT incorporaram uma arma a mais, além da repressão, contra os movimentos sociais: a cooptação. A CUT e a UNE viraram entidades chapa-branca, e a direção do MST freou as ocupações de terra. O PSDB nunca conseguiu fazer isso.

DO LADO DOS POBRES?

A última trincheira dos petistas é o “caráter social” do governo petista, que precisa ser defendido contra Serra. Será mesmo?

O grande exemplo da preocupação social de Lula é o Bolsa Família. Esse programa é inspirado numa recomendação do Banco Mundial, um organismo financeiro do imperialismo, através do “Relatório do Banco Mundial 2000/2001 – Luta contra a pobreza”. Ali se recomendava aos governos da América Latina a aplicação de “políticas sociais compensatórias”.

Era o momento em que se iniciava a crise dos planos neoliberais do final do século passado. Ou seja, quando começou a vir abaixo o “Consenso de Washington”, que foi a base de planos econômicos como o “real” brasileiro, aplicados em todo o mundo. O sentido era claro: manter os planos econômicos responsáveis pela pobreza da maioria e pelo enriquecimento de uma minoria, mas criar mecanismos de controle social para evitar as explosões.

Os nomes variam, desde o bônus “Renta Dignidad” para idosos de Evo Morales, passando pelas “Misiones Sociales” de Hugo Chávez, o “Hambre Cero” da Nicarágua e os “planes” na

Argentina. O conteúdo é exatamente o mesmo das políticas sociais compensatórias dos governos de direita.

Recentemente, um diretor do FMI disse que o Bolsa Família é um exemplo de programa social “bastante eficiente” que beneficia famílias a um “custo baixo”. Os gastos do governo com o Bolsa Família são de apenas R\$ 12 bilhões (dados de 2009), o equivalente a apenas 3% do total pago (R\$ 380 bilhões) pelo governo no ano passado em juros e

amortização da dívida pública.

Agora, Serra faz promessas de dobrar o valor do Bolsa Família e ainda criar o “13º salário”. Os petistas podem, com toda razão, dizer que o PSDB está apenas fazendo demagogia eleitoral. Isso é verdade, mas não é toda a verdade. Deve-se dizer que Serra poderá fazer isso sem mudar em nada o plano neoliberal, porque os governos de direita também podem ter esse “lado social” recomendado pelo Banco Mundial.

O problema real

Na verdade, nenhuma dessas questões é nova. Dificilmente os companheiros do PSOL ou do PCB poderiam discordar do que dizemos sobre o balanço dos governos Lula e FHC ou sobre os programas de Dilma e Serra.

A questão é outra. A definição do apoio a Dilma tem como única sustentação o apoio da maioria dos trabalhadores ao governo Lula. Não é “popular” uma diferenciação clara com o governo Lula, ao chamar o voto nulo. Para eles, é melhor aceitar a tese do “mal menor”.

Essa não é apenas uma discussão “tática”. Não se trata somente de apoiar uma candidatura da esquerda reformista contra a direita. Esses setores estão apoiando a continuidade de um governo burguês pró-imperialista, pelo único motivo de ser “popular”. Estão de acordo com a unidade com as grandes empresas que apoiam Dilma. Sem falar nos outros “aliados”, como Paulo Maluf, José Sarney e Jader Barbalho.

Assim, Dilma se legitima como

representante da “esquerda” contra a direita, confirmando a falsa polarização neste segundo turno. É um retrocesso na construção de uma alternativa dos trabalhadores contra esses blocos da burguesia.

Não existe o “mal menor”. O governo eleito em outubro vai atacar os trabalhadores em função da crise econômica internacional que se aproxima. Tanto Serra como Dilma já se manifestaram a favor de uma nova reforma da Previdência logo no início de mandato. Qualquer voto nessas candidaturas será um reforço para prejudicar os trabalhadores depois.

Na verdade, a “tática” do “mal menor” faz um mal maior que é a não construção de uma alternativa independente dos trabalhadores. Sempre estaremos dependentes de um “setor” progressista da burguesia.

É preferível apresentar de forma clara uma alternativa aos dois blocos, chamando o voto nulo. Um peso significativo do voto nulo enfraqueceria o novo governo eleito. Assim, estaríamos começando a preparar a luta contra eles, em defesa do direito à aposentadoria.

Aborto legal para defender a vida

É preciso repudiar a campanha moralista e hipócrita

LUCIANA CANDIDO, do Portal do PSTU*

As campanhas do PSDB e do PT rifam o direito das mulheres trabalhadoras ao atacarem a legalização do aborto. José Serra é mais enfático, apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade, como o pastor Silas Malafaia, que defende a mulher como “ajudadora do marido”.

Dilma Rousseff, apesar de num primeiro momento ter dito que estava a favor do aborto legal, pressionada pelos religiosos, voltou atrás, jogou no chão e sapateou em cima de uma bandeira histórica do movimento feminista. Infelizmente, a Marcha Mundial de Mulheres, assim como o MST e a Via Campesina, lançaram um manifesto de apoio a Dilma, silenciando-se sobre esse importante tema.

O pretexto político de se colocar contra o aborto para ganhar votos só revela uma coisa: as mulheres pobres continuarão morrendo com as agulhas de tricô, enquanto aquelas que têm dinheiro para pagar uma clínica clandestina continuarão fazendo abortos. Afinal, gostemos ou não, o aborto ocorre todos os dias em nosso país.

LEGALIZAR O ABORTO: UMA QUESTÃO DE CLASSE E DE SAÚDE PÚBLICA

Os números não podem ser escondidos. Cerca de 50 milhões de abortos são realizados no mundo todos os anos. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, uma em cada sete mulheres de até 40 anos já abortou. Estima-se que 15% das brasileiras, ou 5,3 milhões, tenham feito um aborto. Quem são elas? São assassinas cruéis que deveriam estar presas? Não! De acordo com o ministério, 81% delas são mães, 64% são casadas e 88% têm religião. A maioria, 65%, é católica.

No Brasil, são cerca de 1,4 milhão de abortos anuais. Uma em cada mil mulheres morre. São 1.400 mortes que poderiam ser evitadas. Entre as que sobrevivem, milhares ficam com sequelas. Todo ano, são registradas 250 mil entradas em hospitais por complicações causadas por abortos mal feitos. Esse número deve ser bem maior, já que as entradas registradas como hemorragia e infecção (ligadas à interrupção da gravidez) não são contabilizadas.

O preço de um aborto seguro chega a mais de R\$ 6 mil. Para as mulheres burguesas, que podem pagar, o risco é o mesmo de operar varizes.

As pobres têm de recorrer a abortos sem condições de segurança, resultando em dor, sequelas e morte. Entre ou-



8 DE MARÇO de 2008 em São Paulo. Uma das bandeiras era a legalização do aborto

tros métodos precários, o conhecido remédio Cytotec pode ser encontrado por R\$ 120. Ou, ainda, as clínicas de fundo de quintal, sem condições de higiene. Existem também os métodos mais bárbaros e desesperados, como os abortos com objetos perfurantes.

No Brasil, o aborto é permitido por lei em caso de risco de morte para a mãe e de gravidez por estupro. No entanto, alguns médicos e hospitais se recusam a fazer a cirurgia. No país, 74 mil estupros acontecem por ano e uma em cada 20 vítimas engravida. São 3.700 mulheres grávidas por estupro e 90% delas desejam abortar. No entanto, no máximo 300 abortos legais são realizados e poucos são por estupro.

O ESTADO CAPITALISTA CRIMINALIZA AS MULHERES...

O capitalismo é um sistema falido, que faz retroceder os mais elementares direitos dos seres humanos. Mulheres estão sendo presas por crime de aborto. Porém, o mesmo governo que condena as mulheres não lhes oferece o direito à maternidade. Não há creches para os filhos da classe trabalhadora, a saúde e a educação públicas estão em péssimas condições.

As igrejas não se revoltam com o crescente número de crianças em situação de rua. Não se pronunciam sobre o fato de ter dobrado o número de crianças e adolescentes que fizeram tratamento para vício em crack e em cocaína durante o governo Serra em São Paulo, segundo a própria Secretaria

Estadual de Saúde. Não dizem uma palavra sobre o assassinato de dez mulheres por dia no Brasil.

...MAS LHE NEGAM DIREITOS BÁSICOS

Antes de qualquer governo defender a criminalização do aborto, sua principal preocupação deveria ser a de investir em saúde pública para garantir atendimento adequado, educação sexual nas escolas e distribuição de contraceptivos gratuitos a todas as mulheres.

Em nome da vida e da família, impera a lei do silêncio, hipócrita e assassina. Impera a omissão do Estado. É criada uma legislação retrógrada que resulta na criminalização das mulheres pobres, enquanto o negócio do aborto clandestino continua sendo um dos mais lucrativos do mundo.

LEGALIZAR O ABORTO, DIREITO AO NOSSO CORPO

A criminalização do aborto aliena um direito elementar da mulher: o de decidir sobre seu próprio corpo e os rumos de sua vida.

O capitalismo perpetua falsidades na consciência geradoras de leis e comportamentos que vêm anulando a mulher como ser consciente de si mesmo. Incapaz, portanto, de decidir sobre o seu próprio corpo, como é o caso da criminalização do aborto.

Através de instituições – como a Igreja Católica –, são difundidas falsidades como: superioridade do sexo masculino; obrigação feminina de te-

filhos; propensão “natural” da mulher para a vida doméstica, entre outras. São todas falsas consciências de uma mesma ideologia machista, que servem aos interesses do sistema, escravizam a mulher e a usam para reproduzir gratuitamente sua mão de obra, além de superexplorar metade da classe trabalhadora tida como “inferior”: as mulheres.

Parte fundamental dessa engrenagem de opressão feminina é manter a mulher ignorante acerca de sua sexualidade e capacidade reprodutiva. Esse desconhecimento é a base para que o controle seja exercido pela burguesia e seu Estado, e não pelas próprias mulheres. O sistema necessita controlar minimamente o tamanho do exército industrial de reserva, seja para deixá-lo crescer (como foi até os anos 60), seja para contê-lo, por motivos econômicos e políticos.

A mulher deve de ter o direito de decidir sobre seu próprio corpo. Se decide ter o filho, tem de ter acesso às condições básicas para ser mãe. Se decide abortar, tem de ter acesso a um hospital público, com toda a assistência necessária. Hoje, esse direito básico é negado à mulher trabalhadora e pobre.

A luta pela garantia de nossos direitos é uma batalha de homens e mulheres da classe trabalhadora. Nem Serra, nem Dilma serão capazes de assumir a defesa das mulheres! ■

*colaboraram Ana Pagamunici e Cilene Gadelha

Seminário demonstra que a reorganização do movimento estudantil é uma realidade

JORGE BADAUÍ, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Um capítulo da reorganização do movimento estudantil. É o que foi o Seminário Nacional de Educação, que contou com a presença da ANEL e da Esquerda da UNE, realizado em Uberlândia (MG) nos dias 9, 10 e 11 de outubro. Suas resoluções são ainda limitadíssimas, refletindo a dificuldade imposta pela conjuntura para que a esquerda avance em sua unidade. Contudo, a construção de um calendário de ações unitárias, articuladas em nível nacional, já significam um passo a frente.

No entanto, o curso dos debates demonstrou, com muito mais clareza que as próprias resoluções, os dilemas da tarefa de unificar a esquerda combativa no movimento estudantil. A ANEL enviou a maior delegação entre as entidades e campos presentes e foi decisiva para que o debate em torno à unidade saísse do terreno da artificialidade ou da mera saudação a bandeira.

Todos os setores da esquerda da UNE seguem relutantes à idéia de uma entidade alternativa. Mas o que explica que todas as vezes que a esquerda se articulou para lutar isso aconteceu longe dos fóruns da UNE?

A REORGANIZAÇÃO

A reorganização é um fator objetivo, ou seja, ocorre independente da vontade de entidades, coletivos, partidos ou qualquer outro ator subjetivo nesse processo. Esses elementos incidem apenas no rumo que a reorganização pode tomar. Acreditamos que CUT e UNE perderam não apenas a representatividade diante de amplas bases sociais, mas, o que é ainda mais profundo, a referência de organismos catalisadores da luta perante o que há de mais dinâmico no movimento de massas. Abre-se, assim, um deslocamento de toda uma base minoritária, porém de massas, para fora das entidades tradicionais.

É evidente, contudo, que mesmo que CUT e UNE fossem ainda mais governistas ou ainda mais organicamente vinculadas ao aparato do Estado, a construção de alternativas seria um projeto estéril e condenado ao fracasso – caso, apesar de tudo, a luta do mo-



SEMINÁRIO reuniu ativistas de várias partes do país

vimento apontasse para dentro desses organismos.

GOVERNO LULA E O FIM DA FRENTE ÚNICA NAS ENTIDADES

Se entendermos as entidades como “organismos de frente única”, ou seja, as ferramentas por onde o movimento de massas organiza sua luta e condensa seu programa, entenderemos que elas expressam a unidade não de partidos ou correntes, mas a unidade do próprio movimento para lutar.

Na medida em que o governo Lula cooptou as principais direções do movimento social brasileiro, as entidades tradicionais passam a organizar a implementação das políticas do governo, em vez de suas bases para a luta. Converteram o seu programa e suas reivindicações históricas em plataformas de sustentação do próprio governo.

Assim, até mesmo o trabalhador ou o estudante que apóia o governo, quando se mobiliza, tende a se enfrentar com essas entidades. A estabilidade que vivemos no país faz com que CUT e UNE cumpram mais o papel de sufocar mobilizações do que vislumbrem a hipótese de mobilizar em favor do governo. Portanto, a crise desses aparatos é que impedem um grande ascenso, mas a custo de um desprestígio crescente.

Num cenário como o que vivemos, sem grandes processos de luta, que possam acelerar as experiências, e com o governo gozando de ampla popularidade, é impressionante que, ainda assim, esse processo se afirme. Por

isso, é um processo tão progressivo.

É o conjunto desses elementos que faz com que hoje, a ANEL siga se fortalecendo, a esquerda da UNE não seja capaz de se unificar e a necessidade de construir espaços por fora da UNE siga sendo imperativa para construir uma intervenção comum de todos os setores de esquerda do movimento estudantil. O desenvolvimento da ANEL e a crise do projeto político da Esquerda da UNE têm a mesma base real: o deslocamento do movimento para fora da velha entidade.

O “FÓRUM”: UMA ESTRATÉGIA SEM BASE REAL

A saída que alguns companheiros da Esquerda da UNE apresentam para a reorganização do movimento é a formação de um “fórum” que, em tese, “unifique” todos os lutadores. Essa política é a aposta em uma artificialidade. Hoje, há uma diferença legítima entre os setores de oposição de esquerda ao governo, justamente no terreno de que organização os estudantes precisam para sua luta. Nenhum nome ou siglas comuns são o bastante para resolver essa polêmica – senão a luta de classes. Nesse sentido, convidar toda a esquerda a ingressar em um fórum que não pressupõe um acordo real do sentido de seu desenvolvimento, pode ter como consequência ainda mais divisão e luta fratricida.

Em segundo lugar, frente ao processo de reorganização, é um projeto sem base material. O desenvolvimento da unidade da esquerda só pode ocorrer

por meio de algum processo real e, portanto, não depende apenas da “vontade” subjetiva de cada setor envolvido. Se o movimento passa hoje por fora da UNE, o avanço de um processo de unidade orgânica da esquerda só tem futuro se assumir de maneira consciente essa localização. Ou o movimento irriga a organicidade da unidade da esquerda, ou teremos – na melhor das hipóteses – uma unidade entre aparatos, em vez da unidade do movimento.

UNIFIQUEMOS NA AÇÃO

É por isso tudo que, ao apresentar seu entendimento sobre a reorganização, de maneira a dialogar com sinceridade com todos os setores presentes no Seminário de Uberlândia, a ANEL apresentou sua proposta de “Jornada da Unidade” – um calendário para que a esquerda se apresente de maneira unitária nas principais datas do movimento. Agora, proporemos aos organismos da ANEL o absoluto compromisso com o calendário de Uberlândia e com o desenvolvimento desse processo.

Seguiremos lutando por uma entidade unificada de toda a esquerda. Até que isso se dê, combateremos o sectarismo e todo tipo de impaciência – inclusive no interior da ANEL. Lutaremos pela total unidade na ação: o cumprimento do calendário, as chapas unitárias nas eleições do DCE etc. É nesse trilho, que conduz para fora da UNE, que uma verdadeira alternativa orgânica poderá se desenvolver. ■



Revolução

HENRIQUE CANARY,
da Secretaria Nacional de Formação

Imagine o fim do mundo. Em sua cabeça agora pipocam cenas do filme “Armagedon”, “2012” ou versículos do Apocalipse. Meteoros, terremotos, guerras e pragas acabam em pouco tempo com tudo o que o homem e a natureza construíram ao longo dos séculos. A vida se extingue na Terra e o planeta gira frio e silencioso no espaço infinito. Imaginou?

Agora imagine o fim do capitalismo. Mais difícil? Nenhuma cena lhe vem à mente? Nenhuma hipótese? Normal. Para a maioria das pessoas é mais fácil imaginar o fim de um planeta inteiro, do que o fim de um sistema social. É como se achássemos que o futebol pode acabar um dia, mas o nosso time favorito – nunca! Como se vê, não faz muito sentido.

A verdade é que o colapso dos sistemas sociais é um fato relativamente comum na história da humanidade e muito mais provável do que a invasão da Terra por alienígenas ou a existência do Godzilla. Quando a crise aguda de um sistema social se combina com uma enorme elevação da atividade política das massas, que passam a intervir diretamente no rumo dos eventos históricos, estamos diante de uma revolução social.

As revoluções ocorrem porque as classes sociais não se aposentam. A burguesia não pode ser pacificamente convencida a ceder o seu lugar de classe dominante aos trabalhadores. Também não pode ser expulsa lentamente do poder com a eleição de cada vez mais e mais operários aos cargos públicos. Ela só deixará a cena histórica à força. Dessa maneira, a revolução não é “uma das vias possíveis” para o socialismo. É a única existente.

TODA REVOLUÇÃO É IMPOSSÍVEL...

O senso comum nos ensina que a revolução é impossível porque as pes-

soas são acomodadas e passivas. Esse argumento tem bastante força. O revolucionário convicto tenta responder, mas olha ao seu redor e não vê nem traço da tal revolução...

De fato, a psicologia humana é bastante conservadora. Ninguém ama a luta e o enfrentamento. Ninguém gosta de arriscar seu emprego em greves e paralisações que não têm nenhuma garantia de vitória. Ninguém quer trocar o presente certo pelo futuro duvidoso.

E, no entanto, dizemos que justamente essa mentalidade passiva e acomodada é a razão mais profunda de todas as revoluções que ocorreram até hoje. Podemos afirmar, sem medo de errar, que as revoluções acontecem não porque as pessoas sejam rebeldes, mas ao contrário: porque são conservadoras.

...ATÉ QUE SE TORNA INEVITÁVEL!

O conservadorismo e a passividade dos trabalhadores fazem com que a sociedade acumule contradições ao longo do tempo. Os problemas vão se agravando lentamente e nunca se resolvem.

A população suporta o máximo que pode sem reagir. Os políticos moderados, que prometem paz e tranquilidade, quase sempre ganham as eleições. Os burocratas, que odeiam as greves e só sabem dizer “sim” à patronal, controlam o movimento sindical sem maiores turbulências. Os líderes traidores são os mais prestigiados.

Mas qualquer mecânico sabe que quanto mais pressionada uma mola, mais energia ela contém e quem a pressiona precisa ter muito cuidado para que ela não voe em seu rosto de repente. Assim, esmagando-se o proletariado durante anos e anos, chega-se a um ponto em que tudo vai pelos ares. De um dia para o outro, as massas despertam para a vida política e saem às ruas para tentar resolver, o mais rápido possível, todos os problemas acumulados durante décadas de passividade. Numa situação dessas, diante de tanto



TOMADA DO PODER na Rússia

tempo perdido, é inevitável que recorram a ações radicalizadas e a métodos revolucionários. Essa brusca mudança no ritmo de atividade política das massas permanece incompreensível para a burguesia e seus analistas, que atribuem a radicalização do conflito à ação de “infiltrados” e “demagogos”.

É uma contradição: se as massas fossem sempre rebeldes, as revoluções simplesmente não aconteceriam porque a sociedade resolveria os seus problemas na mesma medida em que eles surgem. A energia não se acumularia. A “válvula de escape” estaria sempre aberta, liberando pressão social e garantindo a estabilidade da nação. A história avançaria lenta e pacificamente, sem saltos ou rupturas. Mas o conservadorismo das pessoas faz com que elas adiem a resolução de seus problemas até um ponto em que a vida torna-se insuportável e a revolução, a única saída.

CONSCIÊNCIA E CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Seria falso, no entanto, dizer que as revoluções acontecem apenas porque a vida torna-se insuportável. Para que uma revolução ocorra, é preciso que haja também uma profunda mudança na psicologia das classes. Mais precisamente: na forma como cada classe enxerga a si mesma e as outras.

Todo o dirigente operário sabe que antes de entrar em uma greve os trabalhadores querem saber se há mesmo condições de vencer. O outro turno vai parar? O que diz a patronal? É verdade que a polícia invadiu a outra planta? A federação pelega vem junto? Os trabalhadores querem saber com que forças podem contar, qual o objetivo preciso da luta e se a direção do sindicato está segura de si ou, ao contrário, vacilante. Assim raciocinam os trabalhadores diante das greves. Nas revoluções não

ão

é diferente.

Graças à ideologia dominante, as massas tendem a acreditar muito mais na força de seus opressores do que nas suas próprias. Para que uma revolução ocorra, é preciso que isso mude e que os trabalhadores passem a enxergar a possibilidade de vitória. Por outro lado, a burguesia, sempre decidida e coesa, precisa estar em crise, dividida, acoada, amedrontada por sua própria impotência. Junto com isso é preciso que as classes médias e os pequenos proprietários, que sempre seguiram a burguesia, olhem com simpatia para o proletariado e suas organizações, ou ao menos se mantenham neutros no conflito. O que provoca todas essas mudanças na consciência das classes é a situação objetiva: a crise econômica, social e política.

Por último, o medo e a divisão da burguesia precisam contaminar as forças armadas, principal pilar de qualquer Estado. Assim, os órgãos repressivos também se dividirão e não serão capazes de deter a marcha do movimento de massas.

Ou seja, é preciso que se inverta a correlação de forças entre as classes a favor do proletariado. As classes precisam trocar de papel, como naqueles filmes em que as pessoas trocam de consciência e passam a pensar uma com a cabeça da outra. Toda essa complexa combinação de fatores pode ser bastante rara, mas não é de nenhum modo impossível. De tempos em tempos ela ocorre. Toda a história o demonstra.

LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO

O senso comum nos ensina que a revolução é impossível porque não há um líder. Essa afirmação é parcialmente verdadeira e, portanto, parcialmente falsa.

Para o bem ou para o mal, a história demonstra que as explosões revolucionárias acontecem mesmo sem a existência de uma liderança central. Aliás, esse tem sido o grande problema das revoluções: as massas saem às ruas, derrotam exércitos, derrubam regimes e governos, mas não conseguem encontrar uma saída para a situação. A energia revolucionária se dispersa como o vapor saindo de uma panela de pressão mal vedada.

A liderança e a organização são ne-



REVOLUÇÃO cubana

cessárias não para a existência da revolução, mas para que ela seja vitoriosa. Ora, o que é um líder? É aquele que aponta um caminho, que organiza as forças e estabelece os objetivos do combate, que reúne as tropas após a batalha e resume as lições de cada luta. É evidente que as massas precisam disso para vencer.

Toda revolução cria milhões de pequenos líderes que cumprem essas tarefas. Eles surgem naturalmente em cada bairro, fábrica e escola e conduzem as massas em suas ações cotidianas. Mas as redes horizontais não bastam. A revolução não acontece no facebook ou no orkut. Ela precisa de uma estrutura vertical, que organize o proletariado em todo o país e seja capaz de, uma vez derrubada a ordem vigente, estabelecer o seu próprio governo em todo o território nacional. Chamamos essas estruturas de organizações de duplo poder, pois elas rivalizam com o Esta-

do burguês, disputando com ele o controle da sociedade.

Ao longo da história, essas organizações surgiram em praticamente todas as revoluções e receberam distintos nomes: soviets ou conselhos na Rússia de 1917, cordões industriais no Chile dos anos 1970, comitês de fábrica na Alemanha dos anos 1920 etc. A crise do Estado burguês e a autoridade dessas organizações perante as massas fazem com que elas se tornem verdadeiros “Estados paralelos”, emitindo ordens, controlando parte da economia, criando milícias armadas etc. A burguesia vê tudo isso, reclama, esperneia, mas nada consegue fazer. A tomada do poder pelo proletariado deixa de ser um sonho distante e torna-se assim uma tarefa possível e urgente.

Mas tudo isso não basta. É preciso que à frente dessas organizações estejam líderes conscientes, que tenham clareza dos objetivos, que saibam onde querem chegar e por que meios, que saibam propor às massas as tarefas mais adequadas para cada momento. Em outras palavras, é preciso que as organizações de duplo poder sejam dirigidas por um partido revolucionário, disciplinado e combativo, democrático e operário. Todo o heroísmo e a melhor organização do mundo não são nada sem um programa.

REVOLUÇÃO E VIOLÊNCIA

O senso comum nos ensina que a revolução é ruim porque derrama sangue. Esse argumento soa estranho, sobretudo se olharmos para as favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, que não vivem nenhuma revolução, mas onde o sangue dos trabalhadores é derramado todos os dias pelo caveirão, pela milícia e pelos traficantes.

Mas a verdade é que a resposta a esse argumento é: depende. Os revolucionários não são amantes da violência, assim como os operários não organizam piquetes nas greves porque gostam de bater em seus colegas. É uma necessidade da luta.

Não podemos prometer uma revolução “bonita”, “de veludo” ou qualquer outro adjetivo fofo. O proletariado não tem bons modos, talvez porque a burguesia nunca o tenha ensinado. O que podemos dizer é que quanto mais

massivo for o apoio à revolução, menos sangue ela derramará. Durante a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917 morreram sete pessoas, a maioria atropelada acidentalmente pelos blindados que patrulhavam as ruas da capital. A burguesia simplesmente se escondeu. Já na Guerra Civil, organizada pelo imperialismo para derrotar a república soviética, morreram milhões. Quem exerceu a violência foi a contra-revolução, não o proletariado.

VITÓRIA E DERROTA

A tomada do poder pelo proletariado não encerra a revolução. Ao contrário. As massas tomam o poder porque chegam à conclusão de que sem ele não conseguirão resolver seus problemas mais elementares: comida, paz, terra, liberdade etc. Dessa forma, a instauração do poder operário abre uma nova etapa no processo revolucionário: a etapa das medidas revolucionárias, da ditadura do proletariado. Nessa etapa, as massas se enfrentarão com todo o tipo de inimigo e adotarão todas as medidas necessárias à vitória: a expropriação da burguesia, a planificação econômica, a resistência armada etc.

Assim, para triunfar definitivamente, a revolução precisa se aprofundar dentro do país e se expandir para fora dele, rompendo o cerco imperialista. A sobrevivência da revolução depende de sua capacidade de contaminar outros territórios, em primeiro lugar os países imperialistas mais importantes. Somente assim é possível atar as mãos e os pés do imperialismo e evitar o contra-ataque. Como no futebol, “quem não faz, leva”. A revolução não admite retransa. Qualquer tentativa de “convivência pacífica” com o imperialismo significará a morte lenta da nação proletária. A revolução será internacional ou será derrotada.

REVOLUÇÃO E FUTURO

A burguesia prefere ver o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Talvez porque entenda corretamente que o fim do capitalismo será para ela o fim do seu mundo. Mas só para ela. Para o proletariado, ao contrário, o triunfo da revolução será apenas um novo começo, significará o término da pré-história do homem e o início da verdadeira história da humanidade. ■

Chávez e as eleições de 26 de setembro

No final de setembro, foram realizadas as eleições parlamentares na Venezuela. Apesar de o chavismo ter comemorado a “vitória”, o resultado trouxe à luz um profundo desgaste da relação do governo com as massas. Leia abaixo a análise desse processo feita pela Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST), organização venezuelana filiada à LIT-QI

Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST)*

As recentes eleições parlamentares na Venezuela foram um acontecimento político com muitos elementos de análise que nos permitem entender a situação da luta de classes no país, tendo sido um “reflexo distorcido”. A intenção deste artigo é iniciar uma discussão sobre os resultados das últimas eleições de 26 de setembro e as perspectivas abertas.

A “VITÓRIA FOLGADA” DO CHAVISMO

Os representantes do oficialismo, e o próprio Chávez, disseram em todos os meios de comunicação que os resultados do processo eleitoral foram uma “folgada vitória” sobre a oposição. Afirmaram também que, “ainda que não se chegou à maioria qualificada de dois terços, definitivamente o PSUV e o governo saem fortalecidos do processo”. A partir da Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST), consideramos que os resultados expressam claramente um desgaste do governo em sua relação com as massas. Nessa eleição, isso significou um crescimento notável da direita organizada na autodenominada Mesa de Unidade Democrática (MUD).

Apesar da diferença nos assentos conquistados, que é de 36 a favor do chavismo, e de que o PSUV tenha ganho as votações para o Parlamento, a diferença de votos entre a coalizão do PSUV e a “oposição” é de apenas aproximadamente 100 mil votos. Se compararmos com o total de votos das eleições presidenciais de 2006 (pouco mais de 7,3 milhões), os pouco mais de 5,4 milhões de votos marcam um retrocesso de quase dois milhões de votos. Percentual-

mente, os 62,84% dos votos válidos favoráveis ao oficialismo naquela eleição se viram reduzidos a apenas 50,4% dos votos válidos nas últimas eleições, quer dizer, um retrocesso de quase 12 pontos percentuais. Igual dinâmica, ainda que em menor medida, observamos se compararmos com a votação obtida no referendo revogatório de 2004 (55%) e nas eleições regionais de 2008 (52%).

Essa diferença é bastante pequena. Também é preciso agregar que ela foi de somente 100 mil votos, apesar de o PSUV utilizar todo o aparato estatal para fazer campanha, utilizando até a exaustão a figura de Chávez para “promover” os candidatos e mobilizando para fazer campanha “sob pressão”. Por vezes, ameaçando retirar benefícios daqueles que recebem

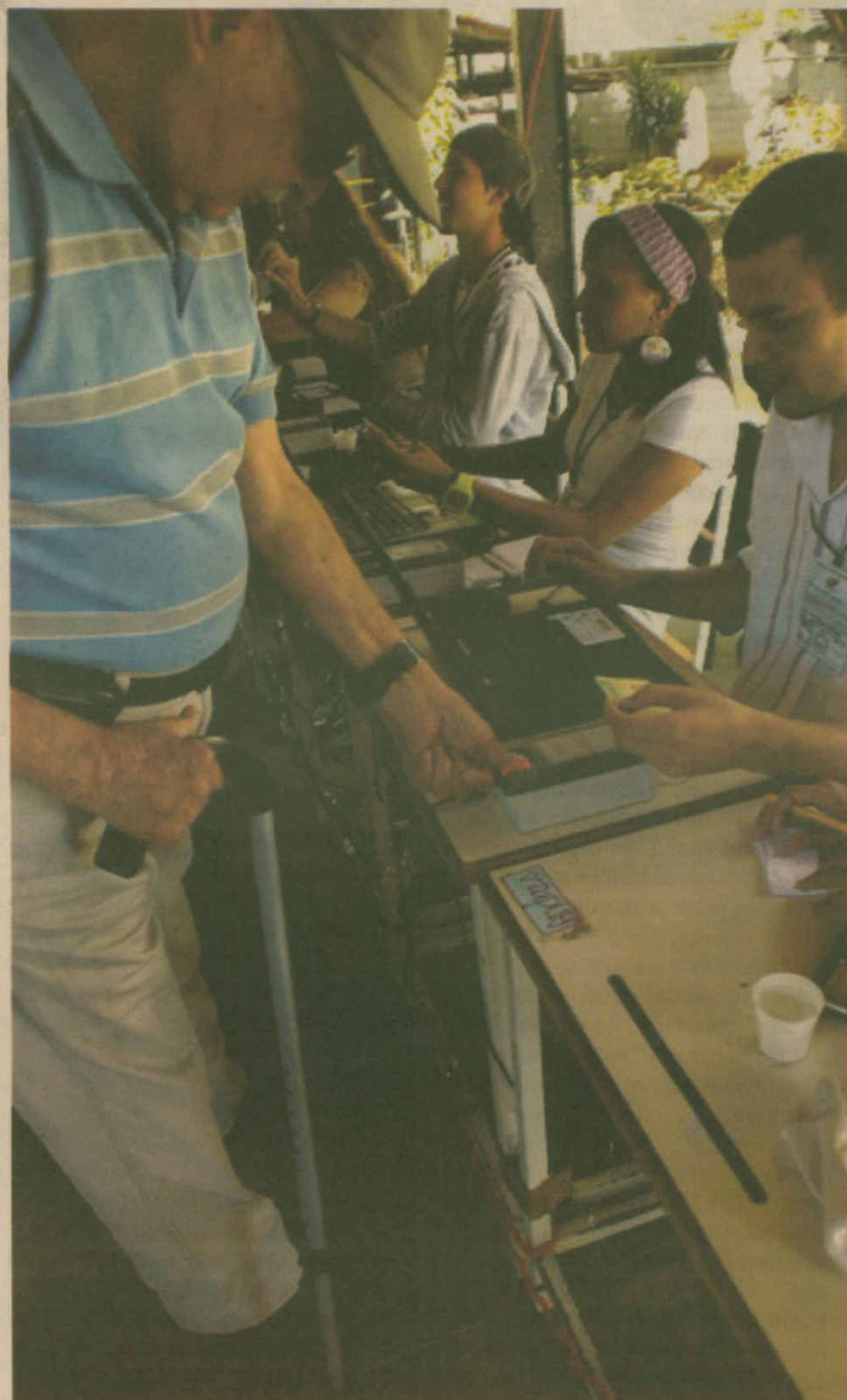
ajuda das missões, dos trabalhadores do Estado e das “empresas socialistas”.

O voto punitivo no chavismo e o crescimento eleitoral da oposição abrem as portas para um rearranjo da oposição de direita.

A reacionária direita venezuelana, bastante antidemocrática, pró-patronal e antioperária, vem recuperando espaço eleitoral. Isso fica claro ao se comparar o percentual de 36,9% dos votos válidos obtido nas eleições de 2006, com a dinâmica posterior:

48% nas regionais de 2008 e aproximadamente 47% em 26 de setembro.

Consideramos que o espaço ganho pela direita se explica principalmente pela própria política e pelo programa que vem sustentando o chavismo durante os últimos anos. Em primeiro lugar, e apesar de algumas tímidas medidas, o nível de vida da maioria dos venezuelanos vem sofrendo uma importante deterioração: os salários seguem perdendo “poder aquisitivo”, como consequência dos aumentos



fracionados do salário mínimo de 20% nos anos de 2008-2009; e de 25% neste ano, frente à inflação acumulada que fechou 2008 e 2009 em 30,9% e 25%, respectivamente, enquanto que até agosto deste ano já alcançava 19,9%. Esses números deixam claro que tais aumentos não alcançaram sequer a recuperação das perdas salariais causadas por esse flagelo chamado inflação. A isso devemos somar o atraso e o congelamento da discussão de convenções coletivas no setor público.

DESEMPREGO

Outro elemento é o aumento do desemprego, que está agora, segundo os índices mais conservadores, por volta de 8%. Combinado a isto, o crescimento do emprego informal e precarizado que faz com que milhões de venezuelanos não possam ter acesso a produtos básicos. Esse fato está inserido na crise econômica, que desde 2008 até hoje foi “resolvida” pelo governo colocando seu peso sobre as costas da classe trabalhadora. Os fechamentos



de empresas, planos de “austeridade” e milhares de demissões que continuam sendo anunciados só vão agravar a situação. Podemos mencionar também os cortes nos gastos públicos e sociais, que se traduzem na piora dos serviços públicos, principalmente na saúde e na educação, a falta de recursos para as missões sociais e a crônica escassez de produtos nas redes de comercialização de alimentos estatais.

Em segundo lugar, as eleições expressam um franco repúdio da abundante corrupção na gestão governamental. Exemplos disso são encontrados em casos como o da PDVAL, a empresa estatal de distribuição de alimentos dentro da qual apodreceram mais de 122 toneladas de alimentos importados beneficiando uma ampla rede de funcionários governamentais, que permanecem impunes.

ATAQUES ÀS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

Em terceiro lugar, consideramos que esse desgaste se explica também pelos ataques do governo às liberdades democráticas dos trabalhadores e trabalhadoras. Encontramos exemplos disso nas pressões e ameaças recebidas pelos funcionários públicos e trabalhadores de empresas do Estado para se filiarem obrigatoriamente e fazer campanha para o PSUV (partido de Chávez).

Igualmente encontramos esses ataques nos múltiplos casos de criminalização dos movimentos sociais, em muitos casos mediante a repressão direta e em outros mediante a repressão seletiva, a prisão de dirigentes sindicais, indígenas e populares e as demissões de dirigentes que, sendo trabalhadores da administração pública ou de empresas estatais, se atrevem a realizar algum tipo de ação de defesa de seus direitos.

Finalmente, em nível regional, o

chamado “voto punitivo” contra a corrupção e a má gestão governamental foi sumamente claro, a ponto de que em certos casos os votos por lista obtiveram até 60%, enquanto os votos nominais não chegaram a 15%, como no caso de alguns circuitos eleitorais de Sucre e Anzoátegui.

ESCLARECIMENTOS IMPORTANTES

De nenhuma maneira consideramos que a situação seria melhor se estivesse no poder a MUD, coligação da oposição de direita ao governo. Está claro que os políticos burgueses reciclados somente criticam a corrupção e enchem a boca de “crítica democrática” como forma de ganhar apoio eleitoral.

Mas já demonstraram no passado, no governo, que se encarregariam desde o princípio de dismantlar as conquistas que os trabalhadores obtiveram mediante greves e nas ruas nestes últimos anos. E se encarregariam de aplicar planos de fome e medidas antiopebárias, como fizeram em todos os anos que estiveram à frente do Estado.

Por outro lado, sabemos que existem milhares de trabalhadores e ativistas honestos, que se dizem chavistas, lutando diariamente nos sindicatos, nas comunidades e em seus locais de trabalho para conquistar melhores condições para os trabalhadores, expondo por vezes sua própria vida.

A responsabilidade é da direção do PSUV, do próprio Chávez e da burocracia governamental, que sustentam um programa e uma política claramente burgueses que, longe de levantar uma saída socialista, na realidade despejam os efeitos da crise econômica sobre os ombros dos trabalhadores e do povo venezuelano. E, apesar do que se diz, seguem construindo um país cada vez mais dependente de sua renda petrolífera e, portanto, do imperialismo,

fomentando por outro lado a construção de uma nova “boliburguesia”. Para além da retórica, esse programa de nenhuma forma aponta uma saída socialista para os trabalhadores.

O QUE OS TRABALHADORES PODEM ESPERAR?

Consideramos que esse novo parlamento de nenhuma forma vai resolver os problemas da classe trabalhadora venezuelana. Reivindicações como regime de retroatividade das prestações sociais existentes desde 1997, redução

da jornada de trabalho, escala móvel de salários, entre outras questões pelas quais temos lutado, como a reforma da Lei Orgânica do Trabalho, evidentemente não serão aprovadas sem a organização e mobilização independente das massas venezuelanas.

Isso não se deve ao fato de que o PSUV não chegou à maioria absoluta de dois terços - inclusive, acreditamos que faz pouca diferença. Apesar de ter uma esmagadora maioria desde 2005, o oficialismo não aprovou nenhuma das reformas acima mencionadas. ■

Construir uma alternativa classista e independente

A tarefa mais urgente é construir uma alternativa classista, socialista, independente e democrática. Consideramos que a única forma de lutar contra o avanço da direita é a construção dessa alternativa, e jamais com a defesa incondicional das ações do governo do PSUV.

Pelo contrário, esse apoio incondicional à direção de Chávez e do PSUV facilita as condições para o rearranjo da direita opositora, como claramente o demonstra o resultado das eleições recentes.

Uma saída socialista implica hoje lutar pela imediata redução da jornada de trabalho - caso contrário, seguirá crescendo o desemprego. Implica proibir as demissões. Implica que, diante da ameaça de fechamento de empresas, estas sejam expropriadas sem nenhuma indenização.

Implica nacionalizar as empresas mistas, por meio das quais as transnacionais hoje levam boa parte da renda petrolífera que pertence ao país. Implica na nacionalização do

sistema financeiro e num programa de industrialização sério que permita o desenvolvimento de uma indústria venezuelana que crie trabalho e permita lutar contra o caráter dependente do país.

A UST se põe a serviço dessa luta, da construção dessa unidade ao redor de um programa revolucionário a partir das lutas cotidianas, de nossa ação nos sindicatos e demais organizações populares, e a partir da mobilização.

Porém, não nos consideramos a “alternativa acabada”. No entanto, temos a clareza de que sem um partido revolucionário, que levante como mínimo o programa que mencionamos, por fora da burocracia e do governo, não poderemos conseguir impor essas conquistas. E hoje estamos dando uma batalha para construí-lo.

Chamamos todas aquelas pessoas e organizações que levantam as bandeiras da revolução socialista, para que se juntem a nós na construção dessa alternativa, dessa saída socialista, para defender as conquistas da classe trabalhadora, que hoje estão sob clara ameaça.



França: vencer é possível!

Caso os trabalhadores derrotem plano de Sarkozy a mobilização na França poderá impulsionar as demais lutas contra os ataques dos governos europeus

JEFERSON CHOMA, da redação

A França se tornou o novo centro da luta contra os planos de ajustes na Europa. Por dias, o país foi tomado por bloqueios de ruas, greves, voos suspensos e crise de abastecimento de combustíveis.

Nas ruas da França, se disputa o futuro dos trabalhadores de toda a Europa. Pelo peso e pela tradição da classe trabalhadora francesa, além da enorme importância econômica de um dos principais países do imperialismo europeu, o resultado final desta luta terá influência em todo o continente. Caso derrote o plano de Nicolas Sarkozy, a luta no país servirá, sem dúvida, como um grande impulso às demais lutas dos trabalhadores.

Neste momento, os trabalhadores da Espanha, Grã-Bretanha, Grécia e Portugal, entre outros países, lutam contra severos ataques de seus governos. Na Grã-Bretanha, o governo anunciou um pacote que vai eliminar quase 500 mil empregos públicos.

Sarkozy tenta derrotar os manifestantes na base da repressão. Mas a verdade é que seu governo se encontra cada vez mais isolado e pode ser derrotado. Uma pesquisa mostrou que 65% dos franceses são contra a mudança na aposentadoria. Outra indica que 71% dos franceses apoiaram as greves e protestos contra a reforma.

A reforma da previdência responde aos clamores dos capitalistas e faz parte do plano dos governos europeus para conter os déficits provocados pelo envio de trilhões de euros para salvar o mercado financeiro durante a crise econômica. O déficit da França é de 7,5% em relação ao PIB. A reforma quer elevar de 60 para 62 anos a idade mínima para se aposentar, e de 65 a 67 anos

para ter direito à pensão completa.

"HORA DA REVOLTA"

Os protestos que se iniciaram no último dia 12 se estenderam por dias. No dia 16, três milhões protestaram nas ruas contra a reforma da previdência. Três dias depois, cerca de 3,5 milhões saíram às ruas em todo o país. Aeroviários, ferroviários, professores, carteiros e os motoristas dos carros-blindados que abastecem caixas eletrônicas se juntaram aos petroleiros e aos secundaristas na luta contra o governo.

A luta ganhou o importante reforço da juventude. O movimento estudantil francês entrou de cabeça nas mobilizações, paralisando as atividades nas escolas e universidades e enchendo as ruas com centenas de milhares de jovens. Segundo a entidade de estudantes secundaristas FIDL, mais de 1.200 liceus se mobilizaram, parando algo como 850 colégios, um recorde nessa jornada de greves e mobilizações. Jovens das periferias, na sua maioria filhos de imigrantes que sofrem enorme discriminação, também estão nas jornadas de lutas.

Em Nantes, estudantes demonstraram toda sua irreverência através de uma faixa que dava um recado ao governo de Sarkozy: "Olhe bem em seu Rolex, é a hora da revolta".

NOVAS GREVES

Depois de vários adiamentos e manobras parlamentares, no último dia 22, apesar de todos os protestos, o governo conseguiu aprovar a reforma no Senado. Mas o projeto deve ser submetido a uma aprovação final nas duas câmaras do parlamento.

A resposta do movimento foi a convocação de mais duas novas paralisações nos dias 28 de outubro e 6 de novembro. Existe uma grande disposição



PROTESTO no sul da França no dia 16

de luta entre os trabalhadores. Apesar da repressão e da aprovação da reforma pelo Senado, 12 refinarias voltaram a ser fechadas. Um grupo empresarial francês, o Medef, já se manifesta sobre a "seriedade" do impacto econômico das greves.

GREVE GERAL PARA DERROTAR SARKOZY

A jornada de lutas contra a reforma da previdência escapou do controle das direções majoritárias dos sindicatos franceses. Muitos protestos de rua e bloqueios de estrada acontecem sem esperar por um novo chamado nacional das centrais sindicais, como aconteceu no dia 21 em Toulouse, quando 35 mil pessoas mais uma vez marcharam pelas ruas.

Nas últimas semanas, os trabalhadores foram se dando conta do brutal ataque que podem sofrer. Pressionadas, centrais sindicais como a CFDT e a CGT chamavam apenas "dias de paralisação", lutas isoladas e sem continuidade. Apostavam no esgotamento do potencial de resistência dos trabalhadores e evitavam maiores enfrentamentos com o governo.

Bernard Thibault, presidente da CGT, se limitou a pedir que o governo "aceite as negociações com os sindicatos". Já François Chérèque, secretário-geral da CFDT, chegou a propor que o Parlamento votasse a reforma em 2015.

Por enquanto, as direções das centrais ainda conseguem impedir a entrada dos setores chave do movimento operário francês, como os metalúrgicos. Se estes entrarem para valer na luta, haverá um tremendo reforço nas jornadas, e o governo Sarkozy poderá ser derrotado.

O caminho para derrotar Sarkozy é a convocação de uma greve geral por tempo indeterminado. Essa opção foi recusada pela burocracia sindical, mas está sendo profundamente debatida entre os trabalhadores franceses. Uma greve geral por tempo indeterminado vai bloquear toda a economia do país, além de permitir que os trabalhadores se reúnam e se organizem.

Como afirma a declaração do Grupo Socialista Internacionalista, organização francesa filiada à LIT-QI: "A força dos trabalhadores é a greve geral! Devemos reviver os métodos tradicionais de luta de classes. Devemos nos organizar em comissões de luta em todos os nossos locais de trabalho e estudo; criar fundos de solidariedade para travar em longo prazo toda a nossa luta e escrever a nossa pauta de reivindicações!". ■